

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO SERVIÇO
SOCIAL ATRAVÉS DO PROGRAMA DE RÁDIO
“SOCIAL EM QUESTÃO”**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Jéssica Degrandi Soares

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

CCSH/UFSM, RS SOARES, Jéssica Degrandi

Trabalho de Conclusão de Curso

2015

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO SERVIÇO SOCIAL
ATRAVÉS DO PROGRAMA DE RÁDIO “SOCIAL EM QUESTÃO”**

Jéssica Degrandi Soares

**Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Serviço Social, Área de
Concentração Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito inicial para obtenção de grau
em Serviço Social.**

Orientadora: Profa. Ma. Eliana M. Cogoy

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

A Comissão Examinadora, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO SERVIÇO SOCIAL
ATRAVÉS DO PROGRAMA DE RÁDIO “SOCIAL EM QUESTÃO”**

elaborado por

Jéssica Degrandi Soares

como requisito parcial para obtenção de grau de

Bacharel em Serviço Social

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eliana Cogoy, Ma.

(Orientadora)

Jairo Oliveira, Dr. (UFSM)

Michele Negrini, Dra. (UFPeI)

Santa Maria, dezembro de 2015

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Departamento de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO SERVIÇO SOCIAL ATRAVÉS DO PROGRAMA DE RÁDIO “SOCIAL EM QUESTÃO”

AUTORA: JÉSSICA DEGRANDI SOARES

ORIENTADORA: ELIANA M. COGOY

Data e local da Defesa: Santa Maria, 30 de novembro de 2015.

O objetivo do presente trabalho é abordar a mídia e o Serviço Social no processo de reconhecimento da comunicação como um novo campo sócio ocupacional na formação dos assistentes sociais, e também, como um espaço de debate oportuno para a construção da educação em cidadania, garantia de direitos e políticas públicas e sociais. Através deste trabalho será apresentado o processo histórico do rádio e da internet no Brasil e também a história do Serviço Social, relacionando a caminhada da sociedade em meio ao sistema capitalista e como os meios de comunicação se tornaram ferramentas contraditórias entre à lógica do capital e o acesso à informação. Ao decorrer da produção será apresentada uma proposta de extensão no âmbito universitário que tem como objetivo mostrar a possibilidade de uma nova concepção de mídia, trazendo uma perspectiva educadora, democrática e comprometida com o projeto ético-político do Serviço Social e também com a classe trabalhadora. Embasado nos princípios da profissão do/a assistente social, este trabalho de conclusão de curso foi construído visando o comprometimento com a transformação e com uma sociedade mais justa, democrática e humana.

Palavras-chave: Mídia; Serviço Social; Sociedade; Cidadania.

RESUMEN

Trabajo de Conclusión del Curso
Departamento de Trabajo Social
Universidad Federal de Santa María

EL PROCESO DE APRENDIZAJE EN EL TRABAJO SOCIAL A TRAVÉS DEL PROGRAMA DE RADIO “SOCIAL EM QUESTÃO”

AUTORA: JÉSSICA DEGRANDI SOARES

ORIENTADORA: ELIANA M. COGOY

Fecha y local de Defensa: Santa María, 30 de noviembre de 2015.

La meta del presente trabajo es abordar la media y el Trabajo Social en el proceso de reconocimiento de la comunicación como un nuevo campo socio-ocupacional para la formación de los trabajadores sociales, y también, como un espacio de debate oportuno para la construcción de la educación en ciudadanía, garantía de derechos y políticas públicas y sociales. Tráves de este trabajo será presentado el proceso histórico del radio y del internet en el Brasil y también la historia del Trabajo Social, relacionando la caminata de la sociedad en medio al sistema capitalista y cómo los medios de comunicación se cambiaran herramientas contradictorias entre la lógica del capital y al acceso a la información. Al pasar de la producción será presentada una propuesta de extensión en el ámbito universitario que tiene como objetivo aducir la posibilidad de una nueva concepción de media, trayendo una perspectiva educadora, democrática y comprometida con el proyecto ético-político del Trabajo Social y también con la clase trabajadora. Apuntalase en los principios de la profesión del trabajador/a social, este trabajo de conclusión de curso fue construido visando el comprometimiento con la transformación y con una sociedad más justa, democrática y humana.

Palabras-clave: Media; Trabajo Social; Sociedad; Ciudadanía.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 2 - O PROCESSO HISTÓRICO DO RÁDIO E DA INTERNET NO BRASIL	10
2.1 O percurso histórico da rádio brasileira	10
2.2 As novas alternativas midiáticas	21
CAPÍTULO 3: SERVIÇO SOCIAL E MÍDIA: UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DIFERENCIADO	28
3.1 Implicações críticas e o código de ética profissional do/a assistente social	28
3.2 O Serviço Social frente aos instrumentos midiáticos	37
CAPÍTULO 4: O SOCIAL EM QUESTÃO NO AR	46
4.1 As mobilizações sociais pelo direito de comunicar	46
4.2 A experiência do Serviço Social na produção de um programa de rádio	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Pensar a importância da comunicação para a humanidade é compreender uma ação natural aos seres-vivos, isto principalmente porque a ideia de expressar algo começa desde os primeiros momentos da vida, seja uma criança recém-nascida que chora para pedir por alimento, um animal irracional que utiliza determinada atitude para mostrar o que ele quer, ou até a parte biológica do corpo humano que se comunica através dos glóbulos brancos ao entrar em contato com um corpo estranho. O ato de comunicar apresenta-se crucial em meio à sociedade, assim, o desenvolvimento da comunicação acompanha a evolução da vida.

Ao entender essa condição crucial da vida, a comunicação vai cada vez mais sendo aperfeiçoada, seja na construção de uma língua falada ou de sinais, através da leitura corporal, dentre vários aspectos que formam a linguagem. Os meios de comunicação estão em meio a esse processo como grandes símbolos da atualidade no que se refere a essas questões.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa ocorrem ao decorrer do processo histórico da sociedade mundial, iniciado no começo do século XX e ganhando forças ao passar dos anos através do rádio, da televisão e da internet, o mundo se conecta e se aproxima, fazendo com que todos os usuários dessas mídias estejam interligados.

Neste trabalho será apresentado o processo histórico na mídia principalmente dentro da sociedade brasileira, trazendo dentre os seus aspectos a incorporação integral dos meios de comunicação de massa no cotidiano das pessoas. Entrelaçada ao desenvolvimento tecnológico, os instrumentos midiáticos irão desenvolver cada vez mais o seu alcance, comprovando que, atualmente, em meio à sociedade contemporânea, é quase impossível se isolar da informação.

Mas ao mesmo tempo em que será abordado o debate da mídia também será proposto pensar o papel que esta vai exercendo frente à sociedade capitalista em relação aos meios de produção, ao acúmulo do capital e a formação de opinião. Em um processo de evolução constante e trazendo novas ferramentas para o âmbito do pensar a comunicação em seus diversos formatos.

Assim, através do resgate sobre o processo do rádio no Brasil, será discorrida a ampliação dessa mídia em meio à sociedade e as modificações sofridas pelo rádio em relação às novas tecnologias. Também será abordado sobre a temática das tecnologias da informação em âmbito mundial e brasileiro trazendo a trajetória da internet e a importância atribuída a essa nova mídia até os dias atuais.

O trabalho proposto busca realizar uma interlocução entre o Serviço Social e a mídia, com a proposta de problematizar a comunicação social frente aos meios midiáticos, questionando e compreendendo a maneira como essa se estabelece na realidade brasileira. Para além do processo de compreender os meios de comunicação de forma isolada, desafiou-se neste trabalho um olhar sobre a historicidade e a totalidade que envolvem a mídia, os/as trabalhadores/as e o sistema capitalista.

Ao mesmo tempo em que foram apontados os pontos negativos do processo dos instrumentos midiáticos também, preocupou-se em trazer as possibilidades de um novo projeto para os meios de comunicação, onde seja aproximada a mídia, a cidadania, a educação e os questionamentos para um novo pensar político, com conteúdos embasados em ética profissional daqueles que exercem o papel de formadores de opinião para aqueles que consomem do conteúdo de maneira responsável e coerente com os direitos humanos e sociais.

Como uma experiência empírica no âmbito do rádio, este trabalho se propõe a mostrar que é possível construir um modelo de comunicação em massa para o Brasil, se colocando como uma ferramenta essencial no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O PROCESSO HISTÓRICO DO RÁDIO E DA INTERNET NO BRASIL

Neste capítulo será apresentada a história das mídias interativas no Brasil, trazendo a trajetória destas em meio às mudanças societárias sofridas no país, apresentando o protagonismo e a importância que as comunicações ganharam através dos anos e dos avanços das tecnologias.

2.1 O percurso histórico da rádio brasileira

Falar sobre rádio é algo que precede alguns anos na história do Brasil, segundo Ortriwano (1985), seu início oficial foi marcado no dia 7 de setembro do ano de 1922 no evento em que se comemorava o centenário da independência do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, transmitido por 80 receptores, pelos quais a elite carioca pode escutar o pronunciamento do Presidente Epitácio Pessoa. Referido também por Ortriwano (1985), os aparatos radiofônicos eram extremamente caros e todos importados de países europeus ou norte-americanos, pelo custo destes, apenas a elite poderia desfrutar da programação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Ferrareto (2001) apresenta uma leitura sobre a primeira transmissão de rádio no Brasil, a década de 1920 é um momento de radiodifusão no mundo, e com o potencial de uma comunicação que atravessa o oceano. Esta nova ferramenta se tornaria uma propulsora de informação e divulgação, assim grandes empresas investiam na ampliação dessa tecnologia, e abrindo para novos espaços, como aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. O autor faz uma ligação entre o sistema econômico e a nova mídia, afinal, esta se tornou ao decorrer dos tempos uma grande aliada do capitalismo:

Este [...] tende, portanto, à busca de mercados cada vez maiores, internacionalizando seus interesses. Com o rádio, ocorre deste modo, processo semelhante ao dos serviços telegráficos e telefônicos, de início operados predominantemente por empresas estrangeira (FERRARETTO, 2001, p. 93).

Ao investigar a história do rádio, esta se remete a Roquette Pinto, citado em grande parte dos trabalhos produzidos, isso por ter sido um dos primeiros desenvolvedores

da programação de rádio brasileira utilizando as notícias dos jornais impressos para divulgar a informação. Ele tinha como um de seus grandes objetivos um projeto de rádio educador, em que todas as pessoas poderiam usufruir desse poderoso meio de comunicação que estava surgindo no Brasil.

Além do espaço de notícias, o rádio desde o princípio contou com a parte musical, produzida através de discos doados ou emprestados de coleções particulares das classes mais abastadas da sociedade do Rio de Janeiro, os ouvintes do Rádio.

Segundo Espíndola (2011), o processo de evolução da comunicação e após, o rádio envolve nomes de vários cientistas do mundo em que:

[...] em 1800, Chappe punha em prática o telégrafo. O físico Volta, neste mesmo ano, inventou a pilha. Há outros nomes importantes como Oersted, Faraday, Ampère, Fresnel, Maxwell, Hertz e, claro Guglielmo Marconi, físico italiano, em 1895, autor das revolucionárias experiências nas técnicas de comunicação, que o Primeiro Mundo reconhece como o “descobridor do rádio. No entanto há sobre essa titulação uma polêmica, pois o brasileiro, padre, cientista e engenheiro gaúcho Roberto Landell de Moura testa em 1893 a primeira transmissão de fala por ondas eletromagnéticas sem fio. Graças a ele, a Marinha brasileira realizou, em 1º de março de 1905, diversos testes de mensagens telegráficas no encouraçado Aquidaban (ESPÍNDOLA, 2011; p. 217).

O rádio assume um importante papel em meio à sociedade brasileira, afinal um experimento tão revolucionário que emitia sons e transmitia uma programação entre leituras de jornais e programas musicais era algo totalmente inovador para a época. Mesmo que as primeiras experiências tenham apresentado alguns problemas relacionados à transmissão referente a barulhos e chiados que interferiam no sinal, o rádio teve a sua segunda chance quando o governo comprou da empresa Western Electric, a estação da Praia Vermelha, a qual foi melhor desenvolvida através da Academia de Ciências, presidida por Henrique Morize (PINTO *apud* ESPÍNDOLA, 2011, p. 220).

Pesquisadores como Ortriwano (1985), Peruzzo (2001), Espíndola (2011) e Ferraretto (2001), referem sobre Roquette Pinto como um dos grandes encorajadores e precursores de uma programação que fosse de cunho educativo para o rádio. Estes autores trazem em suas obras, o quanto Roquette almejava alcançar a radiodifusão em massa. Porém, durante as décadas de 1920 e 1930, as ondas de rádios eram limitadas àqueles que detinham de receptores em suas casas, extremamente caros e de difícil acesso.

A mídia radiofônica é a primeira no mundo que vem com o caráter interativo, onde o público, no caso os ouvintes poderiam interagir com o locutor, e isso principalmente pela causa de o telefone ter sido inventado antes do rádio e ser um meio de comunicação interativo. Não pode se negar o papel fundamental do jornal impresso, o qual muito vem a contribuir na história da mídia e também do rádio, e é uma das primeiras formas de se divulgar uma notícia, mas por ser um documento de caráter impresso, acabava não tendo a interatividade a qual se pretende abordar neste trabalho.

Ainda segundo a obra de Ortriwano (1985), esta mídia na primeira década de sua existência no país era mantida por ouvintes que pagavam mensalidades, e por isso os nomes das estações de rádio eram sempre acompanhados por “clube” ou “sociedade”, porém com o passar do tempo, poucas pessoas investiam, fazendo com que o rádio passasse por uma crise. Durante a década de 1920, esta gerada pela falta de recursos, onde os únicos investidores eram os ouvintes, pois na época uma lei proibia os anúncios pagos nas emissoras de rádio.

Em 1930, novas estratégias de manutenção surgem, e assim começa um período de novos investimentos, onde: “A publicidade foi permitida por meio do Decreto nº 21.111, de 1º de maio de 1932, que regulamentou o Decreto nº 20.047, de maio de 1931, primeiro diploma legal sobre a radiodifusão, surgido nove anos após a implantação do rádio no país” (ORTRIWANO, 1985 p. 15). Esses decretos regulamentam os “reclames” da época, e como referiu Ortriwano (1985), “o Rádio brasileiro já estava comprometido [...]”, e é nesse movimento que a mídia passa de educadora e erudita para comercial e cada vez mais popular, em rápidas movimentações da década de 1930, também considerada a mais importante para a história do rádio, passam a democratizar e popularizar a programação radiofônica.

Nesta mesma década o Rádio começa a ter sua estrutura de trabalho alterada. Com o passar dos anos equipes foram contratadas para trabalhar neste espaço, reformulando toda a programação, para que esta seja mais acessível a todos e que caia no gosto dos ouvintes, afinal, após a entrada da publicidade no rádio, as emissoras da época necessitariam seduzir o público e aumentar a audiência, para que assim as empresas investissem em anúncios publicitários. Esse movimento das empresas divulgarem seus produtos e ideias não mais em papel impresso e sim no rádio, fez com que se mercantilizasse a programação e ao mesmo tempo se capitalizasse as emissoras.

Um exemplo desta “revolução radiofônica brasileira” é a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, onde segundo Ortiwano (1985; pg. 18), essa emissora detinha de: “10 maestros, 124 músicos, 33 locutores, 55 radiotores, 39 radiatrizes, 52 cantores, 44 cantoras 18 produtores, 13 repórteres, 24 redatores, 4 secretários de redação e cerca de 240 funcionários administrativos”. Assim, as emissoras de rádio no Brasil não eram apenas transmissões de notícias e músicas com cunho educativo, e sim uma grande empresa comercial e de entretenimento.

Um dos motivos pelo o rádio ter sido rapidamente popularizado no Brasil foi através da grande quantidade de analfabetos da época, os quais não liam jornais e panfletos, mas que sabiam se comunicar através da fala e da escuta. Os anunciantes perceberam isso, até as primeiras emissoras radio já havia percebido na década de 1920, e não foi por acaso que o rádio se popularizou de maneira tão rápida.

O papel dos meios de comunicação dentro da sociedade brasileira foi, no decorrer da história, se tornando cada vez mais ativo e presente na vida de grande parte da população. Com o passar dos anos, mais pessoas adquiriram equipamentos de rádio e cada vez mais se investiu em estrutura para a difusão das ondas radiofônicas, assim essa mídia se tornou os ouvidos dos ouvintes, sendo de grande influência no pensar daqueles que consumiam o conteúdo. Pode-se exemplificar isso com fatos como a primeira transmissão citada neste texto, onde os ouvintes puderam acompanhar de suas casas o pronunciamento do Presidente Epitácio Pessoa, até a propaganda do governo militar frente às “positivas” contribuições do militarismo para o Brasil principalmente na Era Vargas (1937 – 1945), durante o período da ditadura militar, como “Brasil: Ame-o ou deixe-o” referente às críticas ao governo que não seriam toleradas, ou também “Ninguém mais segura este país” referindo ao progresso da nação com a mudança na política brasileira.

Segundo Ortriwano (1985), o fortalecimento do rádio no Brasil e sua rápida expansão fizeram com que o alcance da transmissão alcançasse a América do Norte, Europa Ocidental e África, proporcionando a todo o Brasil a cobertura da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Por tamanha potencialidade, com a inserção dos anúncios publicitários e atenção dos ouvintes, essa ferramenta começou a ser utilizada com cunho político para enaltecer o governo, Getúlio Vargas muito se utilizou das mídias. Ortriwano (1985) refere Getúlio como o primeiro presidente do Brasil a “*ver no Rádio grande importância política*”.

A década de 1930 traz consigo grandes transformações no âmbito do rádio no Brasil. Segundo Ferraretto (2001), no ano de 1931 em São Paulo nasce a emissora privada denominada Rádio Record, com uma programação estruturada de forma diferente e bastante atrativa, esta emissora instiga o real investimento de empresas em sua programação, trazendo polêmica em seu conteúdo e críticas acirradas ao governo de Getúlio Vargas. Já Rádio Sociedade do Rio de Janeiro passou por reformulações: foi doada para o Ministério da Educação e Saúde Pública e atualmente é denominada a Rádio MEC AM, do Rio de Janeiro, e como seu fundador, Edgar Roquette Pinto havia estruturado ainda nos anos 1920, esta emissora passa até os dias de hoje com o mesmo propósito de seu criador, uma rádio educadora e cultural. O tom das emissoras públicas em geral mantém este padrão que vai ao encontro desse primeiro projeto, as quais a partir de 2007 passam a integrar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Em 1935 através da ditadura militar vivida no Brasil, e pela grande influência e difusão do rádio, é criado no governo de Getúlio Vargas o programa “A Hora do Brasil”, com conteúdo informativo sobre as políticas governamentais e com a finalidade de enaltecer o Estado, pela condição do sistema político ditatorial, a “Hora do Brasil” passa a ser obrigatória em todas as emissoras. Mesmo com caráter rígido perante a sua programação, a “Hora do Brasil” não foi extinta pelos presidentes que vieram após Getúlio, estes perceberam a importância da informação frente aos projetos e conquistas governamentais, além do cunho educativo da informação passada por este programa, apresentada até os dias de hoje a “Hora do Brasil” passa a se chamar “A Voz do Brasil”, que mantém seu caráter obrigatório em todas as emissoras.

No decorrer da década de 1930, o Brasil adentrou no Estado Novo regido por Getúlio Vargas, e ao decorrer do processo histórico, como refere Espíndola (2011, p. 222):

[...] coincidindo assim com os anos dourados da rádio no Brasil, que iriam culminar com os grandes programas musicais de auditório, as melodramáticas novelas e o suspense causado pelas fanfarras que anunciavam mais um “Repórter Esso¹”, na voz solene de Heron Domingues, que narrava os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial.

Em 1950, surge a primeira emissora de televisão no Brasil e na América Latina, “inaugurada, oficialmente em 18 de setembro a TV Tupi Difusora de São Paulo” (Ribeiro,

¹ “O noticiário, criado em 1941, foi o mais famoso 'jornal falado' do país nos anos 1940 e 1950, etapa em que era transmitido na Rádio Nacional do Rio de Janeiro e em emissoras de outros estados” (EBC, 2015).

2010), de propriedade de Assis Chateaubriand. Mesmo tímida, a programação televisiva vinha ganhando espaço com o passar dos anos, um exemplo é o famoso Repórter Esso, o qual trazia notícias do mundo no rádio, e após o ano de 1953 passou a ganhar imagem na programação da televisão. Com o governo de Juscelino Kubitschek e o grande investimento na indústria e abertura de mercado, novas empresas multinacionais começam a se inserir no país, fazendo com que o rádio e a televisão ganhassem cada vez mais investimentos publicitários e ao mesmo tempo uma liberdade maior dos olhos do Estado, que até então regulavam de forma rigorosa a programação das emissoras.

Ao decorrer dos anos de 1960, segundo Abreu (2002), mais precisamente no golpe militar de 1964, com a saída do Presidente João Goulart, o Brasil e as comunicações passaram por novas reformulações, após o Ato Institucional nº5, a censura se colocou de maneira rígida frente aos meios de comunicação que ousassem profanar o governo militar. Um pouco antes do golpe, muitos jornais impressos apoiaram a intervenção militar. Isso se deu, principalmente, devido ao receio do comunismo tomar conta do país, e dos interesses por parte dos donos dos jornais, que eram empresários, os quais poderiam ter seus investimentos comprometidos com a troca do sistema econômico.

Porém, mesmo com a censura imposta pelo Governo Ditatorial na década de 1960, este investiu de forma significativa no âmbito dos meios de comunicação brasileira, isso principalmente por entenderem claramente o que significava deter os meios difusores de informação. Segundo Abreu (2005), no ano de 1965 foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel), também neste mesmo ano o Ministério das Comunicações foi aprovado e implantado. Na década de 1970, após a expansão da política de comunicação e da tecnologia, a televisão começou a ganhar seu espaço de fato.

Durante os vinte anos de aperfeiçoamento e ampliação da televisão, o rádio passou por uma grande crise, principalmente por sua programação de maior audiência migrar para esta nova mídia, mas nos anos de 1970 o rádio começou a ser novamente reestruturado, desafiado pelo conteúdo oferecido no meio televisivo. O rádio implementou o modelo de jornalismo ao vivo, onde o repórter está no lugar onde a notícia está acontecendo, deixando o ouvinte informado de tudo no mesmo momento. Nesta mesma década algumas organizações começaram a se unir para produzir a programação, onde emissoras maiores produzem programas e entrevistas, vendendo estes para emissoras menores.

A década de 1980 no Brasil segundo Ortriwano (1985) é marcada pela “proliferação de rádios pirata” (emissoras de rádio que ocupam o sinal de rádio sem concessão do governo) principalmente na região de São Paulo, porém este é um movimento que se espalhou pelo país inteiro com a programação bastante diversificada:

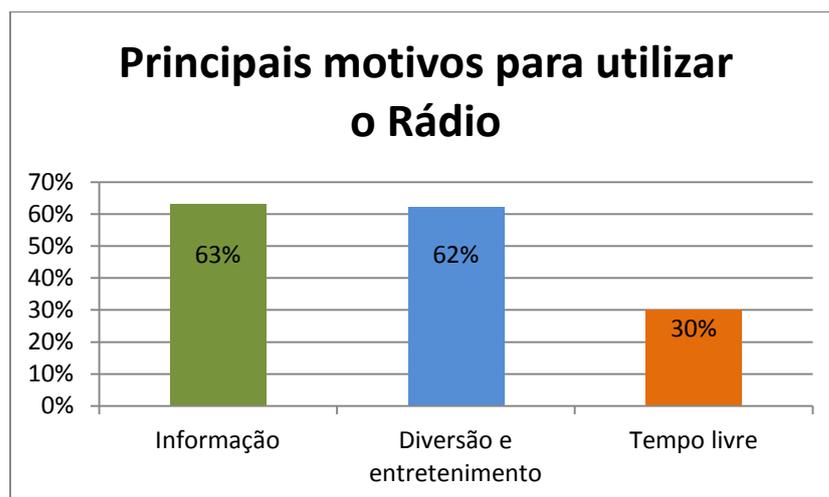
Suas matizes, também ao longo da história, tem sido bastante diferenciadas. Podem ser de caráter político-ideológico, de serviço comunitário, religioso, comercial, ligadas a interesses das minorias ou a movimentos sociais, ou simplesmente colocadas no ar com a intenção de oferecer uma programação alternativa, porém similar a das emissoras convencionais. No entanto, tem em comum a contestação aos sistemas de controle dos meios de comunicação de massa (PERUZZO, 2001, p. 02).

Os movimentos sociais chamam bastante atenção nesse processo de “rádios pirata”, pois foi no fim da década de 1980 e começo da década de 1990 que estas começaram a se colocar como rádios comunitárias, caracterizadas pelas ondas de baixa frequência, fazendo seu alcance ser em menor grau e a programação específica para a comunidade onde a rádio está localizada. Em sua maioria, as rádios comunitárias não possuem licença para transmissão via ondas de rádio, pois mesmo com o passar dos anos e com o grande incentivo do capital financeiro privado e da mercantilização brasileira, tanto o sinal de rádio, como de televisão, ainda são concessões públicas, as quais são extremamente burocratizadas, dificultando o acesso de diversas emissoras menores.

A evolução do rádio no Brasil caminha junto com a história deste país. Frente às movimentações societárias, políticas, econômicas e culturais, a mídia vai se moldando às novas formas de pensar da sociedade e também sobre as demandas do mercado. O ano de 1988 foi marcado pela Constituição Federal, fato que não pode passar despercebido no processo histórico do Brasil, nem do rádio, pois contém um capítulo exclusivo para a comunicação social, garantindo neste, “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (Constituição Federal, 1988). A comunicação social perante os novos conformes do final da década de 1980 foi trazida como uma importante ferramenta que devia ser democrática e manuseada pelos brasileiros. Foi através desta perspectiva que movimentos sociais como a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), a qual segundo Peruzzo (2001) tem vários

segmentos em vários estados do Brasil, defenderam o direito à liberdade para transmissão de seus conteúdos via rádio.

Na atualidade, estudos comprovam que o rádio no Brasil não deixou de ser escutado, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República no ano de 2014:



Fonte: PBM, 2014/diagramado pela autora.

Através deste gráfico, pode-se perceber que a maior parte dos ouvintes de rádio utilizam estes instrumentos como uma fonte de informação ou de diversão. Pela pesquisa, lê-se que 63% dos/as entrevistados/as utilizam desta mídia buscando informações, 62% utilizam como meio de diversão e entretenimento e 30% utilizam-na no seu tempo livre, o que gera a interpretação que mesmo com novas alternativas midiáticas, o rádio não deixou de ter seu espaço entre esses meios de comunicação:

Nesse sentido, o rádio pode ser classificado – ao lado da televisão e da internet – como um meio de comunicação de utilidade híbrida, voltado tanto para o lazer quanto para o conhecimento sobre assuntos importantes do dia a dia das pessoas. (PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA, 2015-2014; pg. 31).

O Rádio continua fazendo e contando história, mostrando-se como uma ferramenta com grande potencial de divulgação e alcance.

Rádios universitárias

A história do Rádio apresenta no decorrer de sua história muitos aspectos do que foi e ainda pode ser transmitido neste meio de comunicação, seja com o propósito de resistência na contramão da hegemonia do capital, seja na manutenção de um sistema econômico, o rádio se mostrou um espaço em potencial para todas as ideias.

Realizar um breve estudo sobre as rádios universitárias mostra uma forte relação com os primeiros momentos do rádio no Brasil, em que Roquette Pinto almejava uma programação radiofônica educadora e cultural, e as rádios universitárias surgiram com este mesmo caráter que se mantém até os dias de hoje. Iniciada no começo da década de 1950, a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) segundo o site da Rádio Universidade, foi pioneira como uma rádio universitária, destinada para palestras e ensinamentos para os ouvintes, esta emissora passou por um longo processo de modificações e melhorias, para um maior alcance de sinal e também para enriquecer o seu conteúdo programático.

Na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria, no ano de 1960, segundo o site da Rádio Universidade (Site da UFSM): “A Lei nº 3.834-C cria a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), com a denominação de Universidade de Santa Maria. A primeira instituição de ensino superior do interior gaúcho foi idealizada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho²”. A partir da criação desta instituição, a região centro-oeste não seria mais a mesma, com a inserção de uma instituição de ensino superior abrindo muitas portas para o mercado de trabalho qualificado.

No ano de 1968, se iniciou o processo experimental de uma emissora de rádio universitária, a Rádio Universidade 800 AM, com o processo semelhante ao da Rádio Universidade da UFRGS. Esse estabelecimento de ensino começou sua trajetória com pequeno alcance e, com o passar dos anos e com mudanças nas legislações que regulam os sinais dos meios de comunicação, a Rádio Universidade ganhou espaço com uma programação cultural e educadora.

A grande parte da produção atual da Rádio Universidade da UFSM é organizada por estudantes dos cursos de Comunicação Social, contudo, existe uma pequena parcela de

² Fundador da Universidade Federal de Santa Maria

outros cursos que também tem espaço na grade da rádio, como é o que acontece hoje com o Serviço Social, a Enfermagem, cursos da área da Educação, dentre outros. Ainda sim, há programas produzidos e apresentados por radialistas, os quais abordam diversas temáticas, como cultura, educação e esportes. Mesmo com o passar de anos as rádios universitárias de caráter público mantiveram as suas origens no que tange a veia educativa dessas emissoras.

No começo a Rádio Universidade, a qual está na estação 800kHz³, não operava 24 horas por dia. Todas as emissoras que começaram dentre as décadas de 1930 até 1960 não iam ao ar com grade completa para todos os horários. Isso não ocorre mais nos dias de hoje. A emissora mencionada opera nas 24 horas do dia com vários programas ao vivo, gravados e também com uma grande coleção de músicas. Segundo o site da Rádio Universidade na frequência 800 AM: “durante o dia as transmissões atingem mais de 170 municípios da região central do Rio Grande do Sul. À noite, em virtude de não precisar diminuir sua potência, ela atinge as fronteiras do Uruguai e Argentina, Santa Catarina, e até mesmo o Paraná”(Site da UFSM).

As rádios universitárias não estão apenas em instituições públicas, também são exibidas em universidades comunitárias e privadas. Um exemplo disso é a Rádio Universitária da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), localizada na cidade de Pelotas (RS). Essa emissora teve seu início nos anos de 1967 com o compromisso de “ser referência em produção de conteúdo de notícia, esporte e entretenimento de Pelotas e Região Sul, para uma boa comunicação cristã, presentes nas plataformas possíveis e acessíveis, contribuindo para o aumento da audiência e sustentabilidade institucional” (Site da UFSM). Com propósitos vinculados aos valores da instituição, a estação dos 1.160 AM, tem como cobertura as regiões de Pelotas, Capão do Leão, Morro Redondo, Rio Grande, São José do Norte, Canguçu, Pedro Osório, Cerrito, Arroio Grande, Piratini, Turuçu, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul e Cristal.

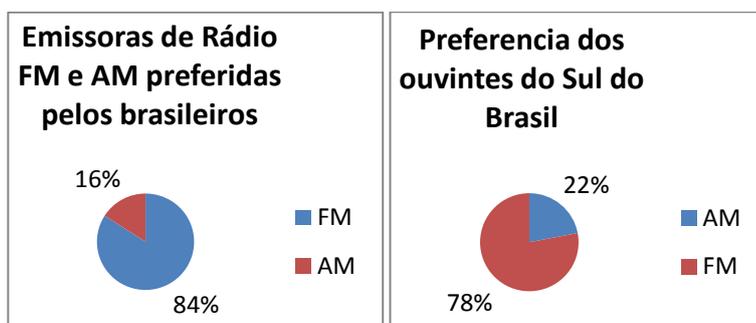
Dentre as emissoras públicas ou privadas de instituições de ensino superior, os objetivos normalmente se mantêm: Disponibilizar conhecimento, cultura e educação. Sendo assim, as rádios universitárias são um importante alicerce no aprendizado dos estudantes e da comunidade abrangente no território.

³ “Unidade de medida de frequência equivalente a mil hertz”, este que “equivale a frequência de um fenômeno periódico com duração de um segundo” (HOUAISS, 2009).

Uma característica bastante relevante no processo das rádios citadas é que todas estas são emisoras em “amplitude modelada”, no caso AM, isso quer dizer segundo Ferraretto (2001) que estas modulações variam “de 525 a 1.720kHz, caracterizando-se por uma qualidade inferior à das emissões em FM, porque os receptores AM sofrem interferência de fenômenos naturais, como raios, ou artificiais, como os provocados por motores. As transmissões podem ser realizadas em ondas médias e curtas”.

De acordo com Ferraretto (2011), a diferença das ondas AM para as de Frequência Modulada (FM) está em relação à qualidade do som. Essa última é muito superior por causa da não ocorrência de interferências.

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia do ano de 2015:



Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia, 2015.

Em ambos os gráficos identifica-se que grande parte dos/as brasileira preferem as estações de rádio em módulo FM, as quais apresentam uma 84% no âmbito nacional e 78% em relação ao sul do país. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2015) em referência aos dados, o sul do Brasil tem o maior percentual de preferência pelas rádios em modulação AM, com um percentual de 22%, diferentemente das demais regiões, e também da média nacional que se com 16%.

Estes dados ressaltam que as rádios universitárias não são as mais escutadas, mas que o Rio Grande do Sul tem uma preferência acima da média pelas emisoras AMs. Porém, como a rádio historicamente se reestrutura para novas tendências e ideias, e mídia quer alcançar novos públicos, é através do advento da internet que esse processo irá se estabelecer.

2.2 As novas alternativas midiáticas

Considerada uma nova mídia, a internet é um meio de comunicação que se estrutura de uma forma totalmente diferente da televisão e do rádio. Dentre as várias mudanças societárias e a globalização, esta nova ferramenta midiática surge revolucionando a maneira de se comunicar, e é através desta potencial mídia que será desenvolvido esse subitem.

Segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, “a internet foi apontada por 42% dos brasileiros [...]. Por esses critérios, ela ficaria atrás da televisão (93%) e, por uma pequena diferença, do rádio (46%)”. Pensando que esta seja uma mídia muito jovem no Brasil, a internet é avassaladora em comparação do seu alcance referente ao rádio e a televisão, em muito menos tempo, esta irá ultrapassar as antigas mídias.

Com as mudanças societárias e com o processo de desenvolvimento das tecnologias, a inserção da internet se dá de uma forma muito arrebatadora, em menos de 20 anos se transforma em um dos meios de comunicação mais importantes do mundo e do Brasil. A chamada “terceira revolução industrial” advém de um processo de mudanças, onde segundo Veloso (2011): desenvolveu a informática e a tecnologia, e todo o envolvimento com uma nova maneira de ver e trabalhar com a sociedade.

A internet nasceu no ano de 1969 em meio a Guerra Fria, evento em que os Estados Unidos criaram um sistema de comunicação que não poderia ser destruído por bombardeios e que possibilitaria a troca de informações entre diversos territórios. Como o computador já havia sido inventado em meio à Segunda Guerra Mundial, e, segundo Vieira (2003), seu uso “*crescia em progressão geométrica*”, poderia proporcionar o desenvolvimento da nova tecnologia.

O ano de 1972 teve como marco o início da comunicação à distância pelo computador, de maneira ainda rudimentar, com poucos computadores interligados pela rede. No seguinte ano, o governo americano assumiu a administração da denominada Arpanet⁴. Esse sistema tecnológico foi sendo aprimorado, e, no decorrer da década de 1980, surgiram outros modelos como: Bitnet, NSFnet e o e-mail Usenet, todos com

⁴ “Advanced Research Projects Agency (Arpa), órgão responsável pelo desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas” [...] (VIEIRA, 2003).

atribuições específicas, mas com o mesmo objetivo de comunicar. A partir de 1990 que se tornou a popular o uso da internet, através do World Wide Web (WWW), permitindo que milhões de computadores pudessem acessar a rede.

O ano de 1988 foi um marco na história do Brasil, em virtude da Constituição Federal de 1988 que teve grande *valor* no que tange aos direitos sociais e humanos no país. Neste mesmo ano, o Brasil entrou pela primeira vez em contato com a internet. Como nos Estados Unidos, foi nas universidades e centros de pesquisas que se iniciou o processo de comunicação via Web.

No ano de 1992 foi criada a *Rede Nacional de Pesquisa (RNP)* pelo Ministério da *Ciência e Tecnologia (MCT)* segundo Vieira (2003). Assim, aos poucos, desenvolveu-se no país uma grande infraestrutura de cabos para que a rede mundial de computadores pudesse ser recebida, e o mapa nacional inserido no âmbito da Web.

A internet no Brasil, como todos os outros meios de comunicação, sofreram as interferências do momento político vivido. Até então, o governo brasileiro regulava a situação do sinal de internet, e a responsabilidade ficava para estatal Embratel, onde se detinha o monopólio da internet no país. Com a entrada do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994), os projetos de privatização começaram, e a internet passou por este processo também. Em 1997, entrou em vigor a Lei Geral das Telecomunicações: “[...] o país passa a organizar a exploração dos serviços de telecomunicações em consonância com o cenário internacional, marcado pela desregulamentação, privatização e desnacionalização” (SILVEIRA & CASSINO, 2003, p. 84).

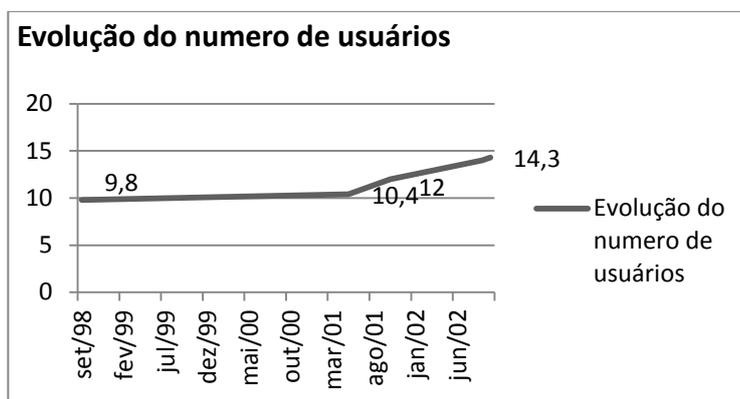
Como a rádio comercial na década de 1930, a internet percorreu o mesmo processo, e em 1995 esse advento começou a dar uma nova face à comunicação via rede. Esse histórico é explicado no livro *Os Bastidores da Internet*(2002), que refere sobre o famoso *site* de buscas *Yahoo!* e a livraria virtual *Amazon*, que segundo Vieira (2002) “ditavam as regras da Internet internacional nos Estados Unidos” e todo o processo do comércio dentro da Web. Com sites milionários, alguns mais conhecidos e outros menos, o âmbito do comércio se tornou algo em potencial, ainda muito incerto, mas para aqueles que apostam na internet comercial vislumbram, no futuro, ótimos efeitos do investimento.

O advento da internet no Brasil iniciou-se de maneira mercantilizada e com o incentivo do capital financeiro privado, pois foi através do interesse no processo da globalização que grandes empresas multinacionais puderam comercializar suas

mercadorias mundo afora. Na década de 1990, o espaço cibernético começou a ser realmente disseminado pelo Brasil; empresas brasileiras adentram neste ramo e o conteúdo de consumo dos brasileiros começou a se propagar em maior escala.

O Brasil, com o passar dos anos, ganhou seus empreendimentos na internet brasileira, com as marcas ZipMail, Cadê?, ZAZ e UOL, sendo estes muito acessados pelos usuários que detinham da internet em seus domicílios, trabalhos e escolas. Os *e-mails* gratuitos começam a surgir na perspectiva da inscrição para obter o endereço eletrônico, isto é, a pessoa necessitaria escrever seus dados, fazendo com que os *sites* conhecessem o público que o acessa.

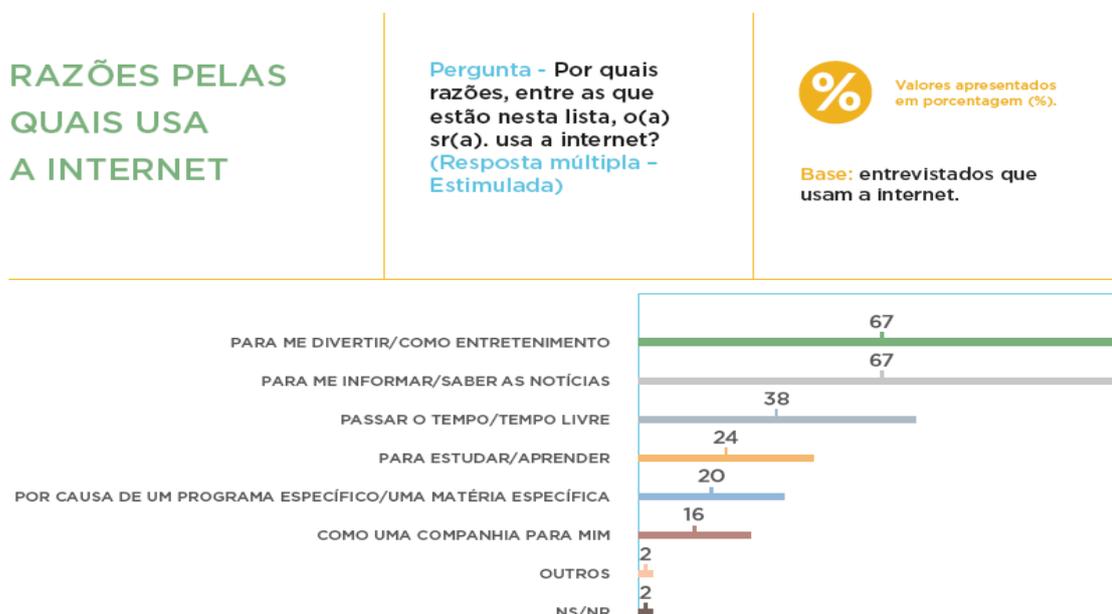
Através de estratégias de mercado, e os investimentos na nova mídia, a internet ganhou cada vez mais espaço, e os computadores foram adentrando as residências brasileiras. A internet, segundo a pesquisa Ibope de 2003 apresentada no livro *Os Bastidores da Internet no Brasil(2015)*, teve o seu processo de crescimento acelerado nos últimos tempos, o que pode ser percebido no gráfico abaixo:



Fonte: Ibope eRatings apud. VIEIRA, 2003 .

O gráfico acima apresenta em números a grande adesão dos brasileiros à internet. Cada vez mais o acesso é facilitado, no ano de 1999 existiam cerca de 9,8 milhões de usuários, e, no decorrer de três anos, esse número passou para 14,3 milhões, fazendo com que este número aumentasse de maneira significativa. Em vista disso, a internet é reformulada para atender uma demanda crescente, compreendendo o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e a necessidade de informação, ela se mantém em constante crescimento, e atualmente o mundo não vive sem este meio de comunicação que faz com que a globalização seja cada vez mais forte.

No ano de 2015, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia, as razões pelas quais os brasileiros utilizam a internet foram traçadas no gráfico abaixo, destacando os principais interesses daqueles que utilizam dessa tecnologia de informação:



(Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia, 2015)

O gráfico apresenta que os/as entrevistados/as utilizam a internet principalmente para entretenimento e informação, com 67% dos entrevistados, logo após, com 38% estão os que usam em relação ao tempo livre, 24% se utilizam desta para estudar, 20% acompanham programas e matérias e 16% realizam campanhas para eles/as próprios/as. O processo das múltiplas tarefas nos meios de comunicação vai ao encontro do crescente espaço gerado pela internet e que cada vez mais ganha seguidores.



Fonte: Pesquisa Brasileira de mídia, 2015/Tabulado pela autora

As redes sociais também são muito usadas, e foi constatada na Pesquisa Brasileira de Mídia do ano de 2015 que com 83%, o Facebook é a página mais visitada, o aplicativo de celular Whatsapp correspondeu a 58% e o You Tube a 17%. O Facebook é uma rede que aglomera muito conteúdo, como notícias, informações, publicidade, dicas sobre elementos da vida prática, jogos, dentre várias atividades, definitivamente se tornando uma rede social que perpassa o antigo *e-mail*.

Através dessas mudanças vividas pela internet os outros meios de comunicação sentem a necessidade de se adaptarem ao novo, pois a capacidade de atração da nova mídia e a velocidade com que ela avança, mostram que cada vez mais se populariza. Com o passar dos anos, a internet começou a ganhar as mídias tradicionais, como o jornal, o rádio, e a televisão dentro de seu conteúdo, resignificando os valores da mídia no Brasil, e fazendo com que constantemente emissoras tradicionais e muito populares se reorganizassem e se transformassem, aderindo ao meio cibernético e se inserido no mesmo.

Ao pensar a relação das outras mídias com a internet, adentra-se nos conceitos de *cross-media* (mesma narrativa e diversas plataformas) e *transmidia* (múltiplas e distintas plataformas) apresentados por Sifuentes (2013). Estas, atualmente, são ferramentas bastantes utilizadas para abarcar um maior grupo de pessoas, onde no caso da *transmidia* o programa de televisão se apresenta nos vários veículos de comunicação, trazendo informações distintas sobre aquele assunto. Já o *cross-media* veicula a programação em vários espaços, mas normalmente trazendo o mesmo conteúdo. Estas são duas estratégias

das emissoras para que consigam um grande alcance de audiência, além de propagandas de altos valores e também fazer com que esse público mantenha-se interessado pelo assunto.

No Brasil, a rádio Jovem Pan FM de São Paulo começou a se inserir no espaço cibernético na década de 1990, esse processo foi bastante rápido no país, principalmente pelo acesso cada vez mais fácil à internet. Segundo o exemplo, várias emissoras de rádio começaram a ser também transmitidas pela Web, trazendo o advento da Rádio Web. As não se limitaram pelo rádio, mas abrangeram-se aos computadores, *notebooks*, tablets e celulares, proporcionando ao ouvinte novos aparatos para sintonizar com programas radiofônicos, agora também cibernéticos.

Segundo Espíndola (2011; pg. 227) a Central Brasileira de Notícias (CBN) adentrou o âmbito da internet através de um portal que oferecia “as últimas informações do dia em áudio e texto”, também a autora refere que neste poderia ser escutada a programação da emissora ao vivo. Uma ferramenta muito semelhante com esta é a página Rádiotube, que surgiu em 2007 através da Criar Brasil⁵, com o objetivo de promover: “Um espaço virtual para que as produções radiofônicas de todo o país possam ser disponibilizadas na rede e utilizadas pelo Brasil afora. A idéia é formar uma rede social que produza conhecimento coletivo e informação cidadã” (RADIOTUBE, 2015; s/p).

A ideia desse espaço dentro da internet é a troca de conteúdos através de diversas pessoas e emissoras de rádio que tem interesse em trabalhar com um conteúdo midiático que vá ao encontro da cidadania e dos direitos sociais e humanos. Através da página da Rádiotube, podem ser divulgados e compartilhados programas de rádio de todo o Brasil, para que mais pessoas possam desfrutar deste conteúdo.

No Rio Grande do Sul, as Rádios Universitárias, como a UFSM, UFRGS e UCPel começaram a ser transmitidas ainda ao final da década de 1990 e o início dos anos 2000, fazendo com que o público fosse ampliado de regional, para mundial. Além das emissoras públicas, quem se beneficiou com o processo da Rádio Web foram as rádios comunitárias, que são contempladas por esse novo espaço em sites que fornecem suporte gratuito, ou até patrocinadas por empresas.

Contudo toda essa nova configuração não diminui as tensões referentes ao sinal via ondas de rádio, pois mesmo com os avanços tecnológicos, a internet ainda não é

⁵ É uma organização não governamental que atua pela democratização da comunicação desde 1994 (Portal Criar Brasil, 2015).

democrática e a maioria dos brasileiros não tem acesso à ela, como é o caso da televisão, fazendo com que o simples sistema radiofônico se mantenha o mais popular e de maior alcance.

CAPÍTULO 3: A MÍDIA COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DIFERENCIADO

Para falar sobre o Serviço Social é válido perpassar algumas categorias de análise que conceituam a profissão no âmbito do mundo do trabalho e entendimento da sociedade capitalista que é o cenário para essa discussão. Assim, inicia-se este capítulo apresentando uma breve conceituação sobre o processo histórico no qual a profissão sempre esteve implicada.

3.1 Implicações críticas e o código de ética profissional do/a assistente social

No debate do senso comum, o Serviço Social ainda está muito relacionado com a questão da caridade, ou seja, desprovida de embasamento teórico e compreensão da sociedade, e, de certa forma, este é um equívoco que tem algumas razões vinculadas, principalmente, à questão da origem da profissão, explicada através do desenvolvimento do capitalismo, da ascensão da burguesia, do êxodo rural (principalmente no pós-feudalismo) e da urbanização das cidades europeias. Isso porque no processo histórico da sociedade capitalista se percebeu o desenvolvimento das cidades de acordo com as movimentações da época, na qual essa burguesia tinha grande influência, principalmente pelo acúmulo de capital, sendo assim a grande consumidora de tudo o que a nobreza usufruía, se inserindo nas decisões e espaços anteriormente apenas reservados às classes mais altas, como a nobreza e o alto clero.

Para manter o novo modelo de sociedade foi importante as instituições estabelecerem de maneira clara os seus papéis, como foi o caso do Clero dentro da sociedade capitalista, o qual se responsabilizava pelos mais pobres, vulneráveis e em situação de rua, tendo dentro dessa instituição dirigentes que pudessem cuidar dessas pessoas. A grande questão no processo de tutelar a pobreza foi em motivo de limpar as ruas das cidades, afastando esses indivíduos, até então não considerados cidadãos e mantendo estes fora das vistas da população em geral.

É no processo de tutelar os mais pobres que as “damas de caridade⁶” foram inseridas. Estas tinham o propósito de reajustar essas pessoas e ajudá-las a se inserirem no sistema, o caráter desse processo era fortemente marcado pelo funcionalismo⁷, onde se entendia que aqueles que estavam em situação de miserabilidade e pobreza tinham total responsabilidade por sua condição.

Com o desenvolver do capitalismo, teóricos começam a produzir estudos sobre o sistema econômico e político vigente. Percebeu-se, a partir desses estudos, o livre mercado, a propriedade privada, a cultura do lucro e um entendimento sobre a classe trabalhadora. Neste último aspecto que o Serviço Social futuramente se inseriu ao compreender o que o movimento do capitalismo trouxe e traz em seu contexto à pobreza e aos trabalhadores.

Karl Marx foi um grande teórico e estudioso do século XIX. Ele produziu inúmeras teorias sobre o sistema capitalista e os efeitos deste na sociedade. Em seu vasto estudo, identificou e desenvolveu um termo utilizado até hoje como “classe social”, pois foi percebendo a divisão da sociedade por sua condição econômica e social que compreendeu o ponto chave da manutenção do capitalismo.

Karl Marx acompanhou em meio ao século XIX o desenvolvimento da classe operária, onde esta toma consciência de sua própria força (SILVA, 2013). Ao entender a condição das classes sociais, Marx denominou “luta de classes” a disparidade entre a classe dominante e a dominada, no caso, a autocracia/burguesia e operários. A luta de classes é o grande movimento que começou a produzir questionamentos sobre o modelo econômico e político da época, visto que a classe trabalhadora que não estava satisfeita com as jornadas de trabalho e com as condições de vida as quais os trabalhadores eram condicionados pelas classes dominantes e pelo sistema vigente.

A manutenção de um sistema que visa a grande produção e o lucro tem como válvula propulsora o capital e o desenvolvimento das tecnologias dos maquinários. As novas ferramentas desenvolvidas para a aprimoração da produção são manuseadas pelos operários/as. Com o passar dos anos, muitas questões foram pensadas por esses trabalhadores, que começaram a contestar as condições em que viviam, em relação aos direitos trabalhistas e às garantias de manutenção de seu trabalho. Com essas articulações

⁶ Mulheres jovens vinculadas à Igreja católica que prestavam serviços à comunidade em uma perspectiva positivista.

⁷ Essa teoria, por sua vez, tem como pressuposto que o sistema capitalista vigente e dominante é constitutivo da sociedade, e seus valores de adaptação são sistêmicos ou normais (FALEIROS, 2011).

surgiu a prática sindical, e como refere Martinelli (2011), a futura prática política, desenvolvendo, nesse caminhar, importantes estratégias de luta.

No processo de revolta, os problemas políticos, econômicos e sociais foram cada vez mais evidentes. Implicados, principalmente, pelos conflitos da relação capital/trabalho, ou seja, a ‘questão social’⁸. Nesse processo, as conquistas sindicais avançaram, pois o Estado Burguês compreendeu a força que estava sendo articulada pela classe dos/as trabalhadores/as.

O século XX foi marcado por conflitos mundiais com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Mas para além das guerras, o capitalismo estava em crise em toda Europa, a ilusão de um sistema que realmente pudesse trazer ascensão às classes dominantes, se mostrou diferente em meio ao processo produtivo, trazendo as manifestações da “questão social” à tona, como o desemprego, as péssimas condições de vida dos menos favorecidos e a imigração europeia para a América.

Os EUA também não ficaram de fora da crise, mesmo que no começo do século XX tenham vivido a plenitude do capitalismo, da produção e do lucro, a condição do país foi se modificando de maneira acelerada, com a queda da bolsa de Nova York e drástica diminuição do consumo de bens, ademais, os conflitos nos quais os EUA se tornam protagonistas fizeram com que a crise se agravasse de forma que beirasse o colapso:

As possibilidades de reversão desse quadro eram vistas de forma sombria pela classe dominante que, aliada ao Estado, conjugava esforços, tendo em vistas a recuperação da economia. Nessa busca de reerguimento do capitalismo, o Estado foi assumindo um papel destacado na expansão dos investimentos e do mercado e a industrialização capitalista passou a se fazer com um elevado grau de monopólio (MARTINELLI, 2011, p. 94).

Os sindicatos no processo da crise do capitalismo e entrada do monopólio fabril fizeram com que os trabalhadores passassem por muitas dificuldades frente aos empresários. A forte fiscalização e o questionamento de direitos conquistados pela classe foram marcas desse momento. A tensão da burguesia frente à “questão social” era assustadora, pois esta colocava em cheque a fragilidade da imperfeita ordem social que

⁸ “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2007).

produzira. Essa luta de classes fortalecia cada vez mais os sindicatos e a sua luta frente aos direitos dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, tencionava a “questão social”. Nesse momento o Serviço Social já se fazia presente como profissão, ainda que com caráter conservador, mas trabalhando nas mazelas da sociedade e nos conflitos que eram direcionados aos trabalhadores.

O Serviço Social no Brasil

A história do Brasil é marcada por muitos acontecimentos que destoam da realidade europeia, por ser uma colônia de Portugal e primeiramente explorada por esta, o Brasil passou parte dos séculos XVI, XVII e XVIII enviando matéria-prima ao continente europeu, desde a extração de madeiras nobres a ouro, até a divisão do litoral norte nas chamadas Sesmarias, para clãs portugueses, onde era cultivada a monocultura da cana-de-açúcar através da mão de obra escrava (indígena ou africana), e esse processo era denominado por Silva (2013, p. 64), não como feudal, mas como pré-capitalista, pelo seu caráter mercantil. No século XIX, com a fase do imperialismo, o Brasil ainda sofre as fortes consequências de sua história, onde Silva (2013) refere que as bases da economia colonial permaneceram intactas ao longo do século XIX, isso principalmente ao que se refere à escravidão e a monocultura em latifúndios.

Com abolição da escravatura em 1888, através da Lei Áurea impulsionada pelo Movimento Abolicionista na Inglaterra, a Família Imperial portuguesa precisou instituir esse processo também no Brasil, porém os motivos pelos quais o Brasil acatou o abolicionismo foi por um lado para não fragilizar as relações com a corte inglesa, mas por outros pela condição do mercado interno do Brasil que precisa de consumidores. Assim, os imigrantes europeus adentram no cenário brasileiro, estes que passam a ocupar trabalhos rurais e urbanos, porém são assalariados e livres, mas ainda na condição de exploração.

Os imigrantes ao chegar ao Brasil se instalaram principalmente nas lavouras de café, o produto mais exportado do país, sendo assim, a grande maioria empregados/as por senhores do café, e nessa condição, Silva (2013) traz uma leitura muito conveniente com o choque de realidades, e com a mudança no Brasil advinda de uma nova cultura que se instala, falando sobre esses senhores e também sobre esses/as imigrantes.

O primeiro concentra todas as suas forças na defesa de seus interesses, buscando composições que o beneficiassem por meio da concentração comercial e financeira do capital centrada nos negócios do café, sem aceitar composições passivas com o exterior. O imigrante, por sua vez, plenamente adequado à sociedade burguesa em ascensão, traz consigo traços culturais e criatividade empreendedora, habilidades e técnicas capitalistas e o espírito poupador, ajudando a compor o mercado interno do país. Tais personagens representarão, com maestria, a imbricação entre o arcaico e o moderno, entre o passado colonial e o mundo burguês moderno objetivado hipertardiamente no território neocolonizado sob a égide do capitalismo de monopólios (a forma como o imperialismo se objetivou e se aprofundou de maneira mais intensa nos países com tradição colonial) (SILVA, 2013; p. 72).

Esse cenário referido por Silva demonstra o ponto real onde a história da burguesia brasileira se mescla com a europeia, não querendo dizer que todos os imigrantes tiveram sucesso ao chegar ao Brasil, mas sim que aqueles que compreenderam os interesses do capital estrangeiro vinculado ao capital brasileiro tirassem proveito do processo, auxiliando o acúmulo do capital destes e também dos barões do café. Em meio a essas condições e com o passar do processo de desenvolvimento do Brasil, ainda segundo Silva, a revolução burguesa no país começa entre os anos de 1910 e 1920, através da modernização e do surgimento e aceleração da indústria brasileira, abrindo mercado de trabalho para imigrantes e alguns negros que como Silva referiu, conseguiram acompanhar o processo de modernização do país.

No decorrer do século XX, com as mudanças políticas e econômicas vividas no país e o crescimento da indústria e do comércio, faz com que cada vez mais os trabalhadores se insiram nestes espaços e vivam a urbanização, é nesse processo que o movimento dos trabalhadores começa a se articular, mesmo que timidamente e diante de grandes desafios, como os detentores dos meios de produção. Através dessas mudanças societárias, as quais foram vividas ainda no século XIX na Europa e somente no século XX no Brasil que o Serviço Social começa a tomar forma e se colocar dentro da sociedade brasileira.

O Serviço Social nasce no Brasil em meados de 1930, no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) ainda relacionado com a Igreja, e com uma forte concepção funcionalista, esse elo é justificado pela questão da caridade e da filantropia. É no cerne da “questão social” que o Serviço Social começa a trabalhar através das reivindicações da

classe trabalhadora, porém o Brasil carrega consigo uma carga histórica, referido por Silva (2013) como [...] colonial, escravocrata, patriarcal, pré-capitalista [...].

A questão religiosa implicada ao começo da história do Serviço Social no Brasil faz com que muitas mulheres jovens e religiosas se aproximem das questões sociais, principalmente com o intuito de ajudar o próximo, porém dentro desse processo estas que futuramente irão ser denominadas assistentes sociais trabalhavam com um caráter funcionalista em relação aos considerados necessitados, e isso é evidenciado por Iamamoto (2011 p. 114), que refere:

O Serviço Social é parte de uma estratégia mais ampla do bloco dominante, no sentido de criar um tipo de socialização do operário, adequada às condições da nova vida industrial, ao ritmo e disciplinarização do trabalho, que fortaleça, portanto, as bases de legitimidade para o exercício do poder de classe: a dominação político-ideológica, assim como a apropriação econômica.

Ao trazer o Serviço Social situado em meio ao sistema capitalista do século XX, a autora Iamamoto (2011) refere que este nasce dentro de uma perspectiva conservadora e direcionada ao capital, e isso é bastante evidenciado no processo de trabalho na perspectiva cristã, reinserindo o sujeito na lógica do mercado. Também no entendimento da autora, esse serviço social cristão trabalha de forma aleatória, em qualquer tipo de atividade, vinculada a um resultado imediato e eficaz, ao perceber essa dinâmica pode-se compreender o quão ligado ao processo produtivo essa ação se encontrava, trazendo de maneira bastante forte a imediaticidade presente no sistema capitalista, sem levar em conta o sujeito social e a realidade em torno deste.

Nesse processo Netto (2011, p. 128), destaca como o Serviço Social se colocou antes da década de 1960, onde:

[...] o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica.

A profissão se mostra muito pacífica às condições do sistema em que vive, como foi citado anteriormente na análise de Yamamoto (2011). Porém o marco do processo de repensar a formação e profissão é marcado nessa segunda parte da década de 1960, onde Netto (2011) também refere sobre um processo de *laicização* na profissão, trabalhando na ruptura do pensar o Serviço Social arcaico e abrindo espaço para uma nova maneira de estudar e intervir nas manifestações da “questão social”, ultrapassando barreiras impostas pela classe burguesa. Porém a década de sessenta traz uma carga histórica importante ao Serviço Social e a história do Brasil, o Golpe Militar de 1964, que traz um processo ditatorial, de repressão e extremamente hostil para o campo das ciências sociais e humanas, e é nessa década que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social nasce.

Movimento de Reconceituação

O Movimento de Reconceituação se apresenta muito forte para repensar o Serviço Social brasileiro, através de profissionais e intelectuais que lutam por um fazer profissional diferenciado, através da pesquisa e aprofundamento científico nas ciências sociais. Muitos teóricos do Serviço Social como Netto e Yamamoto referem em suas produções o caráter interventivo/prático do assistente social, que é parte fundamental do trabalho, mas que ao mesmo tempo ocorre uma carência e produção e aprofundamento no que diz ao estudo das relações sociais, da sociedade e da complexa trama que envolve o capitalismo e a “questão social”, assim Netto (2011) refere que, a validação teórica da profissão adquire a dimensão de uma reflexão inscrita num marco que transborda o corporativismo e o exclusivismo [...].

É em meio à crise que o Serviço Social movimentou-se de maneira a mudar os rumos da categoria profissional dos assistentes sociais, através da década de 1950 com a entrada do Presidente Juscelino Kubitschek. Com o lema de JK “Cinquenta anos em cinco” referindo-se ao desenvolvimento da economia e do mercado que o mandato do então presidente irá se desenvolver.

Os investimentos nos anos cinquenta foram intensos no Brasil, desde a indústria automobilística até o mercado financeiro foram alterados e abriram as portas para os produtos internacionais, a ideia de política social da época era a geração de renda, e isso foi um dos pontos que instigou a categoria profissional dos assistentes sociais a repensarem o

que realmente era trabalhar com a “questão social”. Com todo o foco governamental em políticas financeiras e econômicas os direitos sociais foram deixados de lado, fazendo com que a população brasileira ficasse a mercê das condições do país naquela época, o Serviço Social não quer mais estar a mercê do contemporâneo, como refere Netto (2011).

Entre a década de 1960 e 1980, a profissão consolida o processo de reconceituação através do Documento de Araxá (1967), marco crucial na teorização da prática, após este o Documento de Teresópolis (1970), onde se traz a metodologia do Serviço Social e através do Documento de Sumaré e também Alto da Boa Vista (1968) que foram os últimos a serem produzidos nesses moldes, onde se traz o cunho científico do Serviço Social no processo de reconceituação. Mesmo com essas grandes movimentações do Serviço Social que eram mundiais em seu processo de se reconfigurar e trabalhar mais a fundo com a “questão social”, e para isso diversos encontros foram realizados principalmente na América Latina, onde o Serviço Social brasileiro sempre se fez presente, o que realmente ocorreu foi uma cientificização da profissão, aprofundando o estudo e um trabalho técnico cada vez mais próximo das camadas populares, porém segundo Netto, ainda com caráter conservador, também se identificava uma dificuldade de estudo da formação da sociedade e das relações sociais estabelecidas.

A categoria dos/as assistentes sociais passa por constantes transformações desde a década de sessenta, mesmo em meio a crise econômica, a ditadura militar e a repressão sofrida nesse período, o Serviço Social não desiste em tentar se compreender e se configurar como profissão crítica em meio ao Sistema Capitalista, pois foi e é na resistência que a profissão se consolida. Ainda que contraditório e em meio às condições da fenomenologia, o cunho terapêutico que estava implicada a profissão e muitas vezes o choque de pensamentos dentro do processo de reconceituação que o Serviço Social vai desenvolvendo o processo de formação e o seu fazer profissional.

O final da década de 1980 e começo da década de 1990 foram cruciais ao que tange os direitos humanos e sociais no Brasil, através da efervescência dos movimentos sociais, e um novo pensar a política brasileira. A importância dos movimentos sociais no processo de construção dos rumos no país na época fez com que a Constituição Federal de 1988 fosse um grande avanço na garantia dos direitos dos/as brasileiros/as, onde desde o Movimento da Reforma Sanitária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, o

Movimento dos Trabalhadores em geral entre vários outros colocaram em pauta e trouxeram aos olhos do Estado as suas demandas.

O Serviço Social através da Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão do/a assistente social através de seu Código de Ética consolida o processo de reconceituação dessa categoria profissional, e isso se refere a uma concepção profissional que compreende o processo de pobreza, de trabalho e de capital de uma forma revolucionária e não mais messiânica, o Serviço Social perde seu cunho religioso e enfrenta as manifestações da questão social de forma crítica e embasada no método dialético crítico em Marx que compreende o processo de mercantilização das pessoas e também o princípio do capital como crucial à sociedade e superior ao indivíduo.

O Código de Ética do/a assistente social traz em seu processo diversas pontuações sobre a profissão, dentre elas a valorização da liberdade, a linguagem e o ato de se comunicar, esta que é uma ação inerente às relações sociais, seja entre profissional e usuário/a, profissional e instituição ou até entre profissional e profissional. O ato de trabalhar com informações de forma que esta seja com propósito de garantir o direito dos/as trabalhadores/as, assim se afirma esse procedimento onde se refere:

- [...] b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- d- devolver as informações colhidas os estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos [...] (Lei 8.662; 2013).

Esse trecho vai além ao processo de garantir a informação e a comunicação, pois conceitua essa ação frente à prática de um profissional que deve estar comprometido com o processo de melhoria das condições de vida dos/as usuários/as. Também neste espaço garante a melhoria de implantação de políticas que tenham uma funcionalidade coerente com a realidade apresentada, pois é através da atitude investigativa que o/a profissional assistente social poderá perceber as demandas daquela comunidade.

A informação, divulgação e comunicação vão além ao processo de trabalhar com direitos, onde a Lei 8.662/93 também traz que:

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:[...] c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as:[...] e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos:[...] f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional; (Lei 8.662; 1993).

A garantia de direitos perpassa muitos tipos de ações, seja ao desenvolver uma política ou projeto, seja participar de espaços de controle social, seja em democratizar a informação, o Serviço Social precisa estar sempre atento ao trabalho que vai além no processo do fazer profissional, e é nessas perspectiva que o Código de Ética se apresenta, passando também por questões como estudar a trama das relações sociais frente ao sistema capitalista e se colocar como resistência a um processo extremamente produtivista que coloca o/a trabalhador/a em meio a essa condição.

Através das décadas o Serviço Social foi se reconceituando e compreendendo a sociedade e as manifestações da “questão social” para além de um simples fazer, a teoria e a prática se fundem e o amparo entre essas faz com que a atuação do assistente social esteja de acordo com o projeto ético-político da profissão, que vai além de um código. Referido por Netto (2011), Iamamoto (2007) e Silva (2013) em suas produções, a profissão exerce um trabalho plural e muito dinâmico, pois é através desse processo que o assistente social conseguirá se aproximar da realidade e intervir de maneira crítica, propositiva e embasada em seu código de ética, o qual foi pensado através de um movimento de reconceituação que começou ainda dentro da crise do capital e em meio a uma ditadura.

3.2 O Serviço Social frente aos instrumentos midiáticos

O Serviço Social apresenta uma discussão tímida em relação à mídia, mesmo compreendendo a importância e o papel desta em meio ao sistema capitalista e a sociedade. Porém, tem-se levado esse debate aos espaços de discussão da profissão para ser pensado

como uma nova frente que a área precisa ocupar no que tange ao processo educativo dos estudantes, ao fazer profissional e também na garantia de direitos. A ideia de que a mídia é apenas um instrumento utilizado pelas áreas da Comunicação Social e detentores dos meios de produção deve ser superada, afinal essa ferramenta pode ser utilizada de múltiplas formas.

A trajetória da mídia no mundo e no Brasil é dividida em muitas questões, desde o processo de pensar uma comunicação com viés educacional, cultural e político, até um viés vinculado ao comercial, funcionalista e manipulador. Ao pensar os meios de comunicação é também compreender quem são os donos destes, que no caso do Brasil são principalmente grandes empresas detentoras de muitos meios de produção, e o lugar que estas ocupam é extremamente favorável ao acúmulo de capital destas e também a manipulação do pensamento daqueles que consomem desse conteúdo.

Através desse processo, adentramos em uma discussão extremamente cara ao Serviço Social, pois é na competição desleal das grandes empresas, na exploração do trabalhador e na manipulação do pensamento do consumidor que as manifestações da “questão social” também irão se destacar, afinal o bordão “a propaganda é a alma do negócio” faz todo o sentido no momento de convencer alguém da importância de consumir e de fazer parte de algo. Ao ser relatado no segundo capítulo desse trabalho sobre a história do rádio, esta foi apresentada com um recorte da década de 1930 quando essa mídia ganhou um caráter comercial, trazendo a questão dos “reclames” hoje vistos como conteúdo publicitário que iniciaram seu trabalho interativo no rádio e atualmente estão presentes em todos os meios de comunicação.

O Serviço Social no processo de pensar a mídia e a interlocução da profissão com o espaço de Comunicação Social produziu o livro “Mídia, Questão Social e Serviço Social”, organizado pelos autores Sales e Ruiz (2011), este que é uma das poucas referências nesse âmbito, apresentando um compilado de artigos importantes para o debate da temática, sendo um trabalho realizado por assistentes sociais e jornalistas que reconhecem o papel social da mídia e compreendem a garantia de direitos através desse conteúdo. Através deste livro pode-se perceber e confirmar o elo forte entre os meios de comunicação de massa difundidos no século XX e também a relação com o capitalismo e como este se apropria da mídia.

Ao compreendermos a mídia rádio como uma das primeiras com caráter interativo novamente menciona-se Roquette Pinto neste trabalho, um dos nomes precursores do rádio no Brasil, ao se propor a criar a Radio Sociedade do Rio de Janeiro, a fazer com a intenção de promover um conteúdo educacional, cultural e erudito, pensando também que esse conteúdo poderia chegar a todos/as. Na década de 1920 segundo o Mapa do Analfabetismo no Brasil, os analfabetos/as chegavam a 65% da população, fazendo com que pouquíssimas pessoas pudessem desfrutar da leitura de um jornal, e o rádio foi e ainda é uma alternativa de informação que se mostra com o maior alcance no país.

Segundo Espíndola (2011) é abordada a perspectiva da comunicação social para o âmbito da construção da cidadania, de política e compreendendo o papel social desta em meio a sociedade, sendo comprometida com a verdade e desvinculada dos interesses do capital. Evidenciado pela autora deste artigo o que ocorre no desenvolver dos anos referente à mídia é um movimento muito forte em prol do sistema capitalista, a lógica do show business, donde os inevitáveis deslizes éticos são justificados pela manutenção da “economia da informação”, que se impõe nesse contexto como uma fonte que alimenta as “engrenagens indispensáveis” à hegemonia do Capital.

O *show business* é parte importante ao que se refere à questão da audiência de cada programa, seja no rádio, na televisão ou na internet, e para isso vale quase tudo, desde um conteúdo de senso comum com cunho sensacionalista para atrair a atenção do público, a chamada espetacularização da vida, ou um tipo de humor que trabalhe na ideia de ridicularizar alguns segmentos da sociedade. O limite da liberdade de expressão é um debate atual que gera muitas polêmicas, principalmente quando se refere ao limite do humor, e nessa discussão muitos são os argumentos trazidos, desde ideias que defendem uma liberdade que não fira direitos humanos e sociais, até argumentos que referem que aquilo que passa nas programações dos meios de comunicação de massa é mero entretenimento e não é levado a sério por quem consome desse tipo de programas.

A responsabilidade em produzir conteúdos midiáticos é algo bastante importante no processo de formação de opinião da população que utiliza os meios de comunicação para se informar, caso esse processo seja desenvolvido em detrimento do interesse de alguns, isso pode ser bastante prejudicial para a grande maioria, pois como foi referido anteriormente, é necessário saber quem são os donos dos meios de comunicação e a quem eles servem no momento de veicular um fato. Para confirmar isso e apresentar o

posicionamento do Serviço Social que também debate o limite da comunicação, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS produziu um pequeno artigo na revista “CFESS Manifesta” o qual refere sobre o “Dia Nacional contra a Baixaria na TV”:

A opção política do CFESS de aderir a esse movimento em 2010 e de inserir a campanha em sua agenda de lutas abrange não só o compromisso ético-político do serviço social brasileiro em defesa da comunicação como direito, mas também consolida a importância da participação de assistentes sociais neste debate, ainda que para o serviço social ele seja incipiente e necessite de maior aprofundamento. Por isso, ao elaborarmos um CFESS Manifesta especialmente para a data, temos, à primeira vista, a intenção de provocar assistentes sociais e a sociedade em geral sobre a importância de sua participação na construção de uma programação que trate de maneira ética, qualificada e igualitária a diversidade nacional, com o objetivo de reforçar a luta contra a dominação cultural promovida pela lógica capitalista (CFESS, 2014; p.153).

Antes de ser realizado qualquer comentário sobre este trecho é importante compreender o significado da palavra “baixaria”, onde segundo Houaiss (2009), é “pessoa, coisa, ação desagradável, grosseira” e conhecendo essa definição compreende-se a seriedade com que são levados os meios de comunicação nos dias de hoje. Por isso o CFESS produziu este artigo, mas, além disso, a categoria dos/as assistentes sociais também passou por motivos de piada em um programa de humor, onde uma atriz interpretava uma assistente social que segundo o ofício enviado pelo CFESS a emissora responsável pelo quadro, transmite à sociedade uma caracterização da assistente social como uma profissional de caráter duvidoso e equivocadamente distinta da realidade profissional no Brasi⁹.

O ato de trazer um conteúdo equivocado ao público se caracteriza como um desserviço à sociedade, afinal as mídias foram inventadas e revolucionadas para primeiramente facilitar a comunicação entre as pessoas e o mundo, e com o tempo foram desenvolvidas essas novas possibilidades que fazem com que esses meios ultrapassem o simples disseminar um fato para toda uma produção que não só informa, mas que também pode educar, manipular e trazer questionamentos. Ser crítico/a e investigativo/a no processo de consumir conteúdos midiáticos é muito importante, o Serviço Social se utiliza

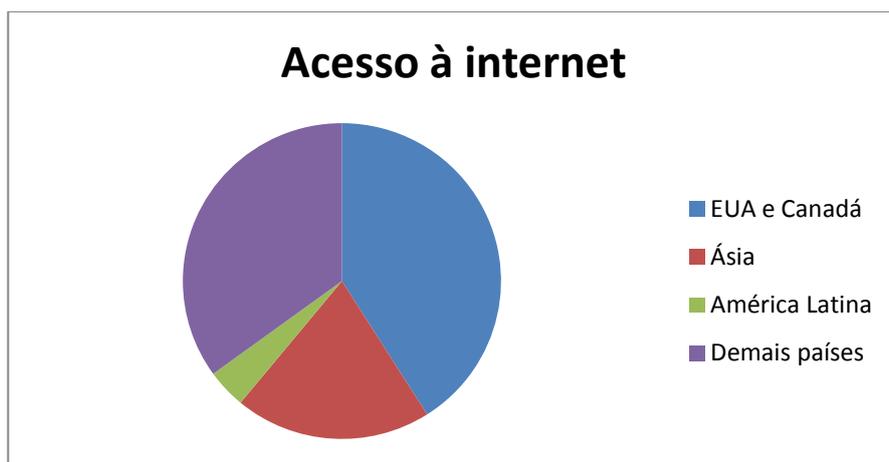
⁹ [...] a personagem Humberlinda, retratada pela atriz Katiúscia Canoro, em uma profissional preconceituosa, assistencialista, descomprometida e desconhecadora dos princípios e valores que regem a profissão de assistente social no Brasil, com base no Código de Ética Profissional. (Ofício do CFESS, 2013)

dessas características em seu fazer profissional, mas para além deste é necessário que todos/as tomem cuidado ao se utilizar dos meios de comunicação.

A internet é um instrumento da sociedade mundial que trouxe de maneira mais forte o processo de globalização, nunca o mundo pareceu estar tão conectado como nos dias atuais. Para a proposta da comunicação social, essa nova mídia traz um recorte que segundo Veloso (2011) já é conhecido, a “exclusão social”, porém agora vive-se em uma época de “exclusão digital” advinda principalmente das tecnologias de informação que proporcionam um conteúdo mundial.

Segundo Veloso (2011) esse novo termo “exclusão digital” nada mais é que a reprodução da mesma “exclusão social” discutida há muitos anos, como ele refere é um processo já conhecido de apropriação privada da riqueza produzida socialmente pelo trabalho coletivo, isso quer dizer que mesmo que se traga um novo termo, este apenas reproduz a lógica do capital nas condições promovidas por este em meio ao espaço digital. Assim, compreende-se que as mídias estão fortemente vinculadas ao capital, através daqueles que detém dos meios de produção, sendo a comunicação um destes meios nos dias de hoje.

Em relação ao acesso as tecnologias de informação Veloso (2011) apresenta um estudo realizado por Silveira (2001):



Fonte: (Veloso, 2011 apud. Silveira, 2001), esquematização da autora.

Através destes dados pode-se confirmar quão atrelada a internet está em relação ao capital, afinal a desigualdade da distribuição do acesso à informação por este meio ainda é conferida aos países mais desenvolvidos. Ao mesmo tempo pode-se identificar que a Ásia, região mais populosa do mundo detém 20% dos acessos (Silveira *apud* Veloso, 2011; pg. 179), essa dificuldade de acesso evidenciada no gráfico apresenta reintera o que Veloso referiu sobre a “exclusão digital”, pois não é o advento da internet que exclui, e sim o sistema econômico e político predominante no mundo.

Trazer o debate das tecnologias de informação(TI) para o Serviço Social perpassa todo o estudo apresentado por Veloso em suas obras que discorre sobre esse acesso, afinal ao retomar o Código de Ética do/a assistente social percebe-se a necessidade de estudar e compreender como as relações entre o capital e o trabalho se colocam nos mais diversos espaços, ao sensibilizar o olhar para a TI pode-se perceber esse processo. O profissional assistente social também se coloca nesse eixo de reprodução da ordem capitalista e se compreende nesse espaço, e como profissão que trabalha na resistência ao modelo hegemônico precisa ser criativo/a e responsável para se utilizar dessa mídia de maneira a beneficiar o seu trabalho.

Compreender as movimentações societárias, os movimentos sociais, espaços socio-ocupacionais e as pessoas inseridas não é trabalho fácil, muito menos para o/a assistente social, é preciso ter entendimento da totalidade, onde se considera o movimento dos fenômenos e das partes relacionadas em um movimento dialético, essa ligação não pode ser seguímentada, e sim considerada em seu total, sempre em conjunto aos demais elementos da realidade (Gadotti, 2012). Em relação à contradição, segundo Gadotti (2012): *“quando Marx aplicou esta lei no estudo da estrutura econômica da sociedade capitalista, demonstrou que a contradição básica desta sociedade é a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade”*, referindo assim sobre a perspectiva das duas classes antagônicas, o *“proletariado trabalhador e a burguesia improdutiva”*, assim afirmando a contradição na essência da dialética.

A historicidade também se faz presente nessa compreensão da sociedade através do método dialético crítico, fazendo assim um resgate do desenvolvimento da sociedade na compreensão do que se estabelece atualmente e reconhecendo o processo histórico e de transformação vivido por cada classe da sociedade. Assim, através destas e outras

concepções de realidade, pode-se figurar sobre as intenções de ferramentas e instrumentos no mundo capitalista para manutenção do sistema e a proteção do capital.

Um caso bastante famoso para exemplificar essa compreensão foi a ação na fazenda Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, a qual é apresentada por Zanetti (2011), onde mulheres integrantes do MST no dia 8 março (Dia Internacional da Mulher) adentraram na fazenda e destruíram um laboratório de celulose onde eram pesquisadas as mudas de eucalipto, o que a autora trouxe em seu artigo foi que dois pontos de vista são apresentados, um pelo jornal “O Globo” e outro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), onde é evidente que pontos de vistas ambos lados querem apresentar.

Tratando-se de um portal de notícias de grande circulação, o jornal “O Globo” traz um caráter criminalizador à ação das mulheres do movimento, e isso é bastante evidenciado na maneira como o tema é abordado, trazendo a ação como causadora de grandes prejuízos financeiros e tecnológicos, afinal era um espaço de pesquisa e cultivo de mudas de eucalipto. Em relação ao MST pode-se perceber que o motivo de tal ato é justificado pelas lutas do movimento, relacionando toda a questão da reforma agrária e da negação do sistema capitalista que é um dos nortes das suas lutas.

Segundo Zanetti (2011) ambos lados criminalizam alguém, seja o MST pela ação realizada, seja pela Aracruz que se utiliza de desertos verdes e depreda o meio-ambiente, mas mesmo em meio a essa questão, compreende-se que a notícia que mais será divulgada será do jornal em questão, pois a força da emissora que é detentora deste é muito maior, além de se utilizar de meios que possibilitem o entendimento que o movimento cometeu um grande crime ao destruir as mudas e as pesquisas.

O exemplo apresentado acima é um símbolo daquilo que a mídia de massas passa aos que consomem dela, porém essa é uma questão que pode ser utilizada para vários fins com o intuito de exemplificar o que as classes detentoras do capital fazem com os meios de comunicação. Segundo a matéria apresentada no artigo (Zanetti, 2011 apud. O Globo), em torno de *US\$ 20 milhões* foram perdidos nesse episódio, neste momento e em vários outros apresentados no contexto que o tom da notícia se apresentará como um atentado do MST contra a empresa Aracruz.

O Serviço Social precisa se compreender nesse processo, pois através da discussão sobre a profissão ela mostra que tem lado, e que este é junto ao/a trabalhador/a e também como trabalhador/a, e é também por isso que se traz ao debate a profissão

ocupando o espaço midiático, afinal é muito importante que seja possibilitada uma visão que vá além do que a mídia hegemônica apresenta. A tarefa de estar a frente desses espaços não é fácil, muito pelo contrário, pois a imparcialidade é extremamente difícil, e os/as assistentes sociais devem se posicionar frente às questões que se apresentam e ao fazê-lo ser fiel ao projeto ético-político dessa categoria.

Ao referir-se ao projeto ético-político do Serviço Social, retoma-se o grande motivo pelas transformações ocorridas em meio à profissão, inserido em meio à caminhada de democratização da política brasileira e na contramão do conservadorismo, o propósito desta categoria firma comprometimento com a liberdade, autonomia dos indivíduos sociais dentro de uma nova ordem social. Assim, a materialização deste projeto dentro do Serviço Social se firma no comprometimento com a equidade e a justiça social, com o aprimoramento profissional dos/as assistentes sociais e com um trabalho qualificado para com os usuários na perspectiva da garantia de direitos e defesa da cidadania.

Dentro do processo de democratização da mídia frente à sociedade brasileira, Zanetti (2011) refere que:

Reconhecer a democratização dos meios de comunicação como um direito é reconhecê-la como condição para a democracia e ampliação de direitos não só políticos, mas também sociais, econômicos e culturais, reivindicando e criando formas de tornar tais meios de fato públicos e democráticos (Zanetti, 2011; p. 250).

A democracia é parte inerente ao processo de garantia de direitos e parte de diversos âmbitos da sociedade, e é desafiador, mas necessário ao profissional se colocar frente às manifestações sociais e trabalhar em uma perspectiva de ampliação dos direitos. Referente ao Estado, este deve ser responsabilizado no processo de garantir a cidadania para além do capital, que muitas vezes acaba por não acontecer, pois o sistema político e econômico no qual o Brasil está situado se coloca a mercê dos detentores dos meios de produção.

A mídia é uma ferramenta potencializadora de uma nova sociedade, através desta o mundo se aproxima de forma impressionante, o que não se pensava há vinte anos no que se refere à comunicação foi rapidamente superado, a tecnologia se apresenta cada vez mais presente na vida das pessoas e se condiciona como algo inerente ao cotidiano. Com os pontos positivos e negativos cada vez mais pessoas acessam esses meios e bens de

consumo que fornecem a informação de várias maneiras, nunca as pessoas receberam tantas informações em tão pouco tempo, o advento da mídia é revolucionário e ele não pode ser negado pelos/as trabalhadores/as.

Assim, o Serviço Social também deve cada vez mais adentrar nesse mundo midiático, ocupar espaços de formação e construção coletiva daquilo que deve ser um bem da sociedade, como é a comunicação, mesmo que essa seja uma luta bastante árdua no que se refere à questão da abertura de espaços para temáticas diferentes das abordadas nos dias atuais nas grandes emissoras de rádio, televisão e sites de empresas ou organizações. Mas para além das categorias profissionais, a sociedade em geral precisa ocupar esses espaços, isso ao que se referem a movimentos sociais, organizações, entidades, instituições educacionais que chamem e instiguem estes a estarem nesses espaços. É dentro desta proposta que o próximo capítulo irá se desenvolver, apresentando a possibilidade de um novo projeto de comunicação social através de espaços que possibilitem novas ideias frente à democracia no âmbito midiático.

CAPÍTULO 4: O SOCIAL EM QUESTÃO NO AR

Este capítulo procura identificar as lutas de movimentos sociais e segmentos da sociedade por meio de um projeto que garanta a comunicação como um direito social. O Serviço Social da UFSM neste processo desenvolve um projeto vai ao encontro da cidadania e do direito social, mostrando a possibilidade de uma maneira diferenciada de comunicação.

4.1 Pelo direito de comunicar

No decorrer deste trabalho foi constantemente apresentada a palavra “direito”, afinal esta tem caráter primordial ao Serviço Social sempre frisada em documentos e produções que se referem ao processo do fazer profissional frente aos usuários. Esse termo se expande a outros grupos, categorias e movimentos promovendo um debate intenso sobre a sociedade estabelecer novas frentes, como é o caso da mídia, a qual vem cada vez mais sendo difundida e abrindo espaços alternativos de democratização, mesmo que em meio a uma comunicação hegemônica que tem maior poder de persuasão e se difunde de maneira mais rápida, como foi apresentado no capítulo anterior.

A democratização da mídia é um exercício constante que deve ser realizado de maneira a conquistar novas dimensões da cidadania, espaços importantes estão sendo construídos e garantindo que esse processo ocorra. Entrelaçado à abertura política e às manifestações de movimentos sociais, a mídia adentra nesse espaço da mesma forma, e mesmo que as mídias de massa ainda sejam as grandes formadoras de opinião, cada vez mais se amplia os debates de diversos pontos de vista.

Atualmente no Brasil e no mundo ao digitar um fato ou acontecimento na internet irão aparecer diversas matérias sobre este, onde muitos pontos de vista podem ser percebidos trazendo vários tipos de interpretações sobre o assunto, e isso pode ser considerado um processo de democratização da mídia, afinal mesmo que exista uma fonte que apresente uma maior abordagem e que detenha mais espaços nas mídias, existem também portais na internet, canais na televisão e estações de rádio, normalmente não tão populares, mas que oferecem um conteúdo diferenciado com outros olhares.

Um exemplo a ser citado nesse trabalho que tem como princípio a cidadania é um portal da internet denominado Rádiotube (2015, s/p):

Este é um site colaborativo feito por e para comunicadores e todos os apaixonados por rádio. Um espaço virtual para que as produções radiofônicas de todo o país possam ser disponibilizadas na rede e utilizadas pelo Brasil afora. A ideia é formar uma rede social que produza conhecimento coletivo e informação cidadã.

Esse é um exemplo de projeto potencializador do direito de comunicar que se luta para ser conquistado e faz interlocução com diversas emissoras de rádio fortalecendo o debate sobre cidadania. Mas esse portal vai além, pois existem subcategorias que englobam diversas temáticas como: Acessibilidade, Meio Ambiente, Cultura, Educação, Etnias, Gênero, Juventude, Infância e Adolescência, Política, Saúde, Sustentabilidade, Religião, Tecnologia, Trabalho, Ativismo, Assistência Social, dentre várias outras, para que assim se garanta o debate amplo, mas que ao mesmo tempo os recortes sejam feitos promovendo uma melhor discussão por quem aborda os assuntos e ao mesmo tempo seja uma porta de entrada para os/as que desejam se inserir nos debates.

Espíndola (2011) reforça a importância de temáticas como essas citadas acima, surgirem nos meios de comunicação de massa, e ao mesmo tempo traz essa perspectiva para a categoria de assistentes sociais, onde destaca a conquista desses espaços de interlocução social que têm sido deixados à parte por estes profissionais. A autora também afirma que:

Pressupõem-se que os veículos de comunicação social – especialmente a mídia rádio – constituem espaços públicos de mediação, de divulgação de direitos e deveres sociais, de cultural, educação, mesmo que façam parte do setor privado, com função pública. Podem, assim, vir a se constituir, a nosso ver, em espaços de divulgação dos valores e princípios que norteiam a análise de conjuntura e demais leituras sociais, a partir do projeto ético-político que fundamenta a profissão de Serviço Social (ESPÍNDOLA, 2011; pg. 228).

A autora traz no texto sobre a abordagem de determinadas políticas no âmbito midiático, compreendendo a recente história da democracia e as importantes mudanças societárias que ocorreram em trinta anos, principalmente em relação à garantia de direitos, assim a maneira de se pensar política muda no âmbito brasileiro e junto com esta as

políticas públicas. Como exemplo para esse processo, é referido na Constituição Federal de 1988 a garantia de direitos para os cidadãos e as cidadãs, o reconhecimento destes na legislação como pessoas de direito, o incentivo ao controle social, e abertura e melhoramento das políticas sociais, como a assistência social e a saúde.

Mesmo que o Brasil tenha poucos anos de democracia muito mudou nesse processo, porém por anos a história do país foi marcada pela exploração da matéria-prima, da mão de obra e pela ditadura, isso fez com que a maneira de se pensar a política fosse se transformando ao decorrer dos anos até a transição democrática vivida ao final da década de 1980, fazendo com que o projeto de governo atual seja revolucionário, e com isso a sociedade precise reformular-se junto com esse ideário político. É assim, que a garantia de direitos e a mídia rádio trabalham de forma positiva, pois é através das mudanças e da divulgação destas que a sociedade brasileira pode articular o fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos e sociais.

Falar na década de 1988 é simbólico e crucial para o entendimento dos direitos dos/as cidadãos/as brasileiros/as, é notório neste trabalho e em diversas produções analisadas para esse estudo que a Constituição Federal é o marco da democracia, e por esse ser um documento que contempla tantos âmbitos da realidade brasileira também traz o recorte para a questão da comunicação social como direitos, como é referido no segundo capítulo deste trabalho. A mídia no processo de construção de uma política democrática adentra nesse debate ainda tímida, e é importante que aqueles/as que percebem a importância de trabalhar com a ‘questão social’ nesse espaço faça com que isso aconteça.

Na perspectiva da internet, Silveira (2003, p. 44) refere que:

É necessário insistir que o direito à comunicação mediada por computador também é o direito de as crianças pobres utilizarem as tecnologias para exercerem a dimensão lúdica da infância. É o direito de as mulheres obterem todos os benefícios da sociedade informacional. É o direito de os deficientes se comunicarem em um mundo cada vez mais conectado. Sem dúvida, a alfabetização ou a formação básica é uma base essencial para a profissionalização e para a melhoria da qualidade econômica da força de trabalho do conjunto das nações, mas isto é apenas uma das dimensões do uso das tecnologias.

Silveira aborda em seu artigo a perspectiva de liberdade ao acesso, das múltiplas atividades que podem ser realizadas através das mídias, sem é lembrada a questão da

informação, mas para além dela vem um conjunto de fatores que podem favorecer, facilitar e desenvolver o interesse de todos e todas as pessoas que tenham acesso aos meios de comunicação, e para além daqueles que tem, também proporcionar estes aos que ainda não tem esse direito garantido.

O processo de emancipação também está inserido nesse contexto e relacionado de forma muito íntima com o Serviço Social, pois essa também é uma pauta da categoria frente aos usuários, e a mídia pode se tornar ferramenta fundamental na perspectiva da segurança e autonomia destes. O próprio código de ética traz em seus princípios fundamentais a autonomia como parte do processo de vida dos usuários, como é referida neste artigo: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;” (CFESS, 2013, pg. 23).

A mídia nesse processo pode ser utilizada para essa emancipação, e através do exercício do reconhecimento, os/as usuários/as se tornarem parte da construção da comunicação social trazendo a ideia de se perceber na fala do/a outro/a. Para esse exercício pode-se articular recursos como as rádios comunitárias, as quais trazem como característica a comunidade onde elas estão alocadas, como refere Peruzzo (2001, p. 5):

A proliferação atual de emissoras comunitárias é o resultado de um processo de mobilização social pela regulamentação da radiodifusão de baixa potência, cujo marco histórico é o dia 10 de abril de 1995, data em que o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu, em audiência, um grupo de representantes de rádios livres e comunitárias. Nessa ocasião ele reconheceu, publicamente, a existência de milhares de emissoras de baixa potência em todo país e assumiu o compromisso de regulamentar seu funcionamento.

Através desse trecho é perceptível a importância da luta e militância pelos direitos sociais e humanos frente aos meios de comunicação, onde se objetiva o processo de garantir espaços para a livre expressão daqueles que tem como princípio a comunicação de maneira cidadã e democrática. A luta das rádios comunitárias é histórica no Brasil, principalmente no que se refere às emissoras de baixa frequência na perspectiva de legitimar frente aos gestores algo que já é legítimo para a comunidade ouvinte, que neste caso é a programação da sua comunidade.

O debate da democratização da mídia é cada vez mais presente no Brasil, dentre categorias profissionais, movimentos sociais e os mais diversos segmentos da sociedade, exemplo dessa articulação é o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) criado em 1991 através de entidades que pautam o direito de todos/as a ocuparem os espaços de comunicação. Segundo o site do FNDC (s/p):

Em mais de vinte anos de existência, o Fórum fez história ao participar de lutas políticas como a concepção do conceito de Radiofusão Comunitária, a regulamentação da cabodifusão, a reforma da Lei de Imprensa e a criação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS). A entidade encabeçou uma campanha contra a aprovação da Emenda Constitucional que permitia a entrada de capital estrangeiro em empresas de comunicação e também publicou uma pesquisa referencial sobre a concentração da mídia no Brasil: Os Donos da Mídia. Foi a partir das propostas da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), uma conquista histórica do movimento, ocorrida em 2009, que o FNDC lançou, em parceria com entidades do movimento social, a Plataforma para o Marco Regulatório das Comunicações, baseada nas mais de 600 proposições aprovadas no encontro.

É através do movimento de articulação entre vários setores da sociedade implicou em um espaço de conquistas para a população brasileira. Também citado no site do Fórum, uma emenda constitucional contra a entrada de capital estrangeiro nas emissoras, trazendo para o debate a apropriação do capital nos meios de comunicação.

No debate pela democratização da mídia foi criado um projeto de lei de iniciativa popular intitulado “Lei da Mídia Democrática”, esse projeto defende em seu conteúdo modificações da mídia atual, através de regulações do sinal para as grandes emissoras privadas, além de todo um processo de transparência das concessões de sinal para essas grandes empresas, fazendo com que seja realmente divulgada a relação entre concessões públicas com o capital privado. Assim, esse projeto de lei prevê em seu conteúdo definição e organização dos serviços, mecanismos para impedir a concentração, o monopólio ou oligopólio, incentivo a diversidade (Lei da Mídia Democrática; 2015), dentre várias questões que tem como objetivo modificar o caráter atual da mídia brasileira, facilitando acesso, trabalhando no processo de educação, cultura com responsabilidade, além de garantir uma programação cidadã.

O direito à comunicação é uma questão que perpassa anos de discussões e debates, ela é efervescente e provavelmente não irá se esgotar tão cedo, pois segundo Ramos (2005; pg. 249):

A reivindicação da democratização da comunicação tem diferentes conotações, muitas além das que se costuma acreditar. Compreende evidentemente o fornecimento de meios mais numerosos e variados a maior número de pessoas, mas não se pode reduzir simplesmente alguns aspectos quantitativos a um suplemento de material. Implica acesso do público aos meios de comunicação existentes, mas este acesso é apenas um dos aspectos da democratização. Significa também possibilidades mais amplas – para as nações, forças políticas, comunidades culturais, entidades econômicas e grupos sociais – de intercambiar informações num plano de igualdade, sem domínio dos elementos mais fracos e sem discriminações. Em outras palavras, implica mudanças de perspectiva.

Esse exercício que Ramos refere em seu artigo é tarefa bastante árdua no processo de desconstrução de um processo que está posto à sociedade há décadas, mas que ao mesmo tempo se torna necessário para que se possa repensar em estratégias de mudanças. É nesse sentido que o Fórum Nacional pela Democratização da Mídia segue, de maneira bastante ativista e articulando com diversos setores da sociedade para que através desse trabalho consigam contextualizar a democracia em meio à mídia.

O processo de articulação que é relatado nesse texto trabalha com questões bastante pertinentes ao Serviço Social, como o Controle Social frente às mídias e o que está em torno delas. Nessa prática é fundamental a inserção da população em geral nos espaços de decisões, compreendendo que fazer parte da construção dos diversos âmbitos da sociedade, seja na educação, na assistência social, na saúde ou no transporte público, pois um compromisso com a cidadania é estar ciente do que acontece e pode vir a acontecer no âmbito da gestão de políticas públicas e sociais.

Percebe-se que com o decorrer do capitalismo muitos âmbitos da sociedade foram se modificando, como é o caso do Serviço Social, das mídias, das comunidades organizadas, onde estes/as cada vez mais lutam e ganham espaços para serem ouvidas/os. Assim, o processo de luta pelos direitos é fundamental na garantia destes, pois é através de demandas levantadas que as políticas devem ser feitas.

Atualmente o Brasil caminha para um processo de democratização das mídias, mesmo que de maneira lenta é de crucial importância a garantia desse processo para a sociedade brasileira. Para além da democratização, a proposta de percorrer um caminho em busca da liberdade, da democracia e da garantia de direitos, questões básicas para o processo tão almejado por vários grupos inseridos no Fórum Nacional pela Democratização da Mídia.

O Serviço Social na perspectiva de estar dialogando sobre esse movimento de democracia dos meios de comunicação de massa refere em um artigo produzido para a revista CFESS Manifesta que é desafiado a se inserir no FNDM com a finalidade de articular a discussão com outros segmentos da sociedade, e também refere a aproximação com o Conselho de Comunicação Social trabalhando assim na perspectiva de controle social frente à mídia e a gestão, mesmo que ainda esse órgão tenha caráter conservador barrando ideias que venham ao encontro dos interesses da sociedade civil em geral. Porém esse embate é necessário, e apenas através da resistência será possível construir uma mídia cidadã, como referiu Ramos (2005), sobre o processo de mudar de perspectiva.

4.2 A experiência do Serviço Social na produção de um programa de rádio

No âmbito das categorias profissionais espaços midiáticos sempre foram reservados para a Comunicação Social, principalmente profissionais como jornalistas, publicitários, produtores editoriais, dentre vários outros. A inserção do Serviço Social neste espaço é algo bastante inovador, principalmente para um programa direcionado para falar sobre a categoria profissional dos/as assistentes sociais e questões envolvidas nos processos de trabalho desses/as trabalhadores/as, onde:

A comunicação deve, assim, se constituir num setor estratégico não só para os comunicadores, mas para todos os intelectuais, profissionais e estudiosos comprometidos com a agregação de valores e saberes que facilitem os processos interativos e a mediação da sociedade civil com a opinião pública, o poder do Estado e da sociedade em geral (ARRAIS, 2011).

O chamamento apresentado por Arrais (2011) vai para além da categoria profissional dos/as assistentes sociais, apontando a importância de comunicar com responsabilidade com princípios éticos e construtores de uma sociedade que consiga questionar e compreender de maneira propositiva. No processo de se inserir na prática da comunicação é que o Serviço Social da UFSM se desafia no ano de 2015, produzindo um programa de rádio.

Como já foi abordado no segundo capítulo deste trabalho a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem em seu amplo espaço educacional uma estação de rádio, a

Rádio Universidade, um espaço ocupado por técnicos administrativos, professores, colaboradores e estudantes dessa instituição. Os coordenadores da rádio com o intuito de dinamizar a programação abriram as portas no ano de 2011 lançando um convite a todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFSM para que estes produzissem um programa de rádio com temática livre, porém direcionada à educação.

Este convite foi aceito pelo Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas (NEMGeP) do Departamento do Curso de Enfermagem, onde se originou o programa de rádio “Espaço NEMGeP” com a proposta de trazer entrevistas e conversas sobre a temática do feminismo, gênero e políticas públicas. Este programa é promovido pelo núcleo e principalmente construído pelas acadêmicas de Enfermagem com a supervisão da professora responsável pelo projeto.

Em 2013, o “Espaço NEMGeP” passa a ter como bolsista uma estudante de Serviço Social, que trabalha no processo de construção das pautas e também na apresentação do programa, experiência diferenciada para a acadêmica que no entender do processo começa a perceber o quão potencializador seria ter um programa do Serviço Social na Rádio Universidade, pois esse espaço se apresenta cada vez mais acolhedor e instigador de uma programação com viés político, instigador dos direitos humanos e cidadania. Assim, o “Espaço NEMGeP” sempre com caráter social e também biológico (referente à questões específicas da Enfermagem) conta com um debate coerente à luta pelos direitos das mulheres e traz em sua história de quatro anos a possibilidade de discussão de acadêmicos de outros cursos para além da Comunicação Social no âmbito do rádio.

Outra possibilidade de programa radiofônico foi apresentada através do curso de Serviço Social, esta graduação iniciou no ano de 2010 no Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) na UFSM, e com o passar dos anos foi ampliando o seu corpo docente, adentrando neste departamento novos professores. Assim este curso de ciências sociais aplicadas apresenta atualmente uma diversidade de temáticas abordadas por estes profissionais, dentre estas: Saúde, trabalho, economia solidária, gênero, direitos humanos, gerontologia, infância e adolescência, enfrentamento às violências e mídia.

Para um curso relativamente novo, o Serviço Social traz abordagens bastante diferenciadas para a formação dos estudantes, assim atualmente este conta com cinco núcleos de ensino, pesquisa e extensão onde são abordadas as temáticas apresentadas

acima, são estes: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais, Trabalho e Questão Social – NEPEPSTQS; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social – NEPEVIS; Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Gerontologia, Serviço Social e Saúde – NEPEGSSS; Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais - NEPE em GPSM; Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre a Criança e Adolescente/NUPECA/UFSM; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social – NEPMQS.

Através destes núcleos são articulados espaços para a construção de conhecimento dos estudantes e professores envolvidos, assim promovendo a educação em diversas dimensões, como refere Dias (2009; pg. 39):

A relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, quando bem articulados, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e estudantes e professores constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

Ao construir o processo de articulação do saber entre esses três eixos, os núcleos produzem trabalhos acadêmicos que objetivam transparecer a realidade da sociedade, porém esta construção é válida através da teoria apresentada por estudiosos, da pesquisa desenvolvida na realidade e da aproximação através da extensão. Vinculando essas práticas no desenvolver da vida acadêmica de todos os envolvidos e de dinamização de atividades, assim objetivando construir um debate democrático e emancipador tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a comunidade em geral, pois afinal “Para que(m) serve o teu conhecimento?”.

Essa é uma pergunta que se apresenta em várias paredes de prédios da UFSM, e tem como cerne a produção acadêmica que auxilie de forma positiva a sociedade, realizando espaços de interlocução com esta. A produção apenas pela produção tem que ser questionada, e cada vez mais isso acontece. Pensar o processo de construção de artigos, trabalhos, pesquisas e projetos tem que ir além da simples publicação, para o âmbito do projeto ético-político de cada categoria profissional frente ao seu papel na sociedade.

O Serviço Social em seu projeto de profissionais capazes de desvelar as manifestações da ‘questão social’ tem esse compromisso com os/as usuários/as desde a sua

formação, e esse trabalho de compreensão do papel político da universidade na sociedade é também parte dessa proposta enquanto categoria, e esses núcleos inseridos no curso da UFSM devem trabalhar nesta perspectiva, porém o recorte deste capítulo vai ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social, também conhecido por NEPMQS.

Coordenado por uma professora do curso de Serviço Social que trabalha com a temática da mídia e Serviço Social, este núcleo é iniciado no ano de 2015, com a proposta de trazer esse debate para dentro do curso da UFSM, e é com a criação deste Núcleo que surge a oportunidade de construir um programa de rádio que fale de Serviço Social, de ‘questão social’ e que consiga dialogar com a comunidade em geral sobre diversas temáticas. Trazendo a visão da categoria dos/as assistentes sociais para o espaço do rádio, inicia assim um projeto de extensão desenvolvido pela professora e assistente social coordenadora do núcleo e pela estudante de Serviço Social que apresentava o “Espaço NEMGeP”.

Assim, nasce o “Social em Questão”, que como o tema da abertura apresenta é “um programa para debater a sociedade democrática e a justiça social”, caminhando em uma perspectiva de promoção de cidadania, onde:

A construção metodológica consiste de produção, edição e publicação na mídia: rádio e internet. A produção do programa foi planejada no formato de bate-papo. São convidados participantes que debatam temas cotidianos, sejam usuários que vivam as situações pautadas, professores que desenvolvam trabalhos sobre as temáticas, estagiários envolvidos com o assunto e profissionais que articulem a prática do trabalho à pauta. O método de gravação é no estúdio da rádio, para que o horário da produção do mesmo seja flexível para a participação dos convidados (COGOY & SOARES, 2015; pg.03).

Em um primeiro momento o programa foi pensado como uma ferramenta de divulgação e discussão dos temas abordados pelos núcleos do Serviço Social trazendo para um público maior os motivos, as propostas e os trabalhos realizados dentro desses espaços e também o porquê de o Serviço Social discutir as distintas temáticas, porém a cada pauta que se construía em cima de uma temática outras surgem e se entrelaçam com outros assuntos. Na perspectiva de alternar os temas dos programas são trazidos profissionais, movimentos sociais, estudantes, professores de vários espaços proporcionando assim um

conhecimento diverso sobre várias áreas e ao mesmo tempo trazendo cada programa apresentado para o contexto do Serviço Social.

Mas para um programa de rádio ir ao ar é importante realizar uma interlocução com os/as profissionais da Rádio Universidade, por esse ser um espaço de trabalho desses servidores o projeto primeiramente necessitou passar por aprovação. É claro que o NEMPMQS em nenhum momento pensou que o Programa poderia não ser aprovado, e por sorte este foi muito bem aceito pela direção da rádio. Algo que é bastante interessante no processo de estar em novos espaço e com outras categorias profissionais é a troca de conhecimentos, e para o núcleo essa partilha foi e é muito rica, afinal o “Social em Questão” está em um espaço distinto para o Serviço Social.

Estar no espaço da Rádio Universidade fez com que o “Social em Questão” adentrasse no âmbito da mídia para além do rádio, isso aconteceu principalmente porque a transmissão dos programas também acontece através da rádioweb, e também pelo site Rádiotube, onde todas as gravações de programas antigos estão disponíveis para qualquer internauta no mundo acessar. Esses espaços só foram possibilitados através da interlocução com a Rádio Universidade e com os servidores que nela trabalham.

No dia vinte e cinco de maio de 2015 o primeiro “Social em Questão” vai ao ar com a temática do Núcleo de Estudo Pesquisa e Extensão sobre a Infância e a Adolescência, com a participação da professora Rosane Janczura que trouxe o debate do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a questão das medidas sócio-educativas e a inserção do Serviço Social na garantia de direitos. Assim, o programa vem sendo apresentado todas as segundas-feiras às treze horas e dez minutos com a duração de cinquenta minutos, onde diversas temáticas são discutidas e sempre para finalizar cada programa os/as convidados/as sugerem uma música que tenha relação com a temática abordada.

Para além da Rádio Universidade e da Rádiotube, o “Social em Questão” tem uma página na rede social “Facebook”, onde são postadas fotos, notícias e lembretes de cada programa. Atualmente a página conta com trezentas e quatorze curtidas e com um alcance crescente em suas postagens, como pode ser evidenciado na tabela abaixo:

■ Alcance: Orgânico / Pago
■ Cliques em publicações
■ Curtidas, comentários e compartilhamentos

Publicado	Publicação	Tipo	Direcionamento	Alcance	Envolvimento	Promover
7/11/2015 14:52	 Não dá para perder o Social em Questão			2K 	150 144 	Impulsionar publicação
31/10/2015 15:56	 Segunda-feira sem falta tem Social em			703 	71 60 	Impulsionar publicação
27/10/2015 16:21	 O Bambaataa é o espaço do Hip-Hop			133 	2 8 	Impulsionar publicação
25/10/2015 23:48	 Segunda-feira às 13h10min na Rádio			866 	59 77 	Impulsionar publicação
23/10/2015 13:26	 Quem escuta o Social em Questão sa			105 	6 8 	Impulsionar publicação

Fonte: Facebook, 2015.

Através dos dados apresentados pela rede social, as publicações que tem um maior número de acesso são as que foram publicadas em finais de semana e que tiveram maior número de compartilhamentos, mesmo que tímida percebe-se que o envolvimento tem crescido com o passar do tempo, e mesmo sendo uma página gratuita o acesso é considerável para que os/as usuários do Facebook possam conhecer o Programa. Assim, o “Social em Questão” utiliza de várias ferramentas para melhorar seu alcance e aproximar o público interessado dos assuntos abordados.

O Serviço Social é bastante evidenciado nos programas apresentados, isso se dá principalmente pela questão do Núcleo ser em sua totalidade formado por uma professora assistente social e também por acadêmicos/as do Serviço Social. A questão da educação e emancipação que o projeto de extensão traz não é apenas destinado à audiência que ouve o programa, mas também para aqueles que o fazem, onde:

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1977, p. 25)

O escritor Paulo Freire (1977) ao fazer o jogo com a palavra “saber” descreve de forma bastante clara o processo de aprendizado mútuo dentro do projeto de rádio, isso porque muitas vezes para a acadêmica que constrói as pautas é desafiador o processo de

trazer pontos importantes de um assunto do qual ela tenha pouco conhecimento. Um exemplo a ser dado nessa perspectiva foi quando uma professora do curso de Educação Especial e coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da UFSM foi ao programa para falar sobre a temática, mesmo que na tentativa de a estudante trazer ao debate um conceito de acessibilidade que não caísse no senso-comum, era muito difícil não o fazer, pois na maioria das vezes pensasse nessa questão como algo relacionado aos usuários de cadeira de rodas, aos surdos, aos cegos e pessoas que tenham as deficiências mais conhecidas, porém como o próprio livro presenteado pela professora para a apresentadora do programa “a acessibilidade é direcionada à todas as pessoas” (PAVÃO, 2015; pg.15).

Ainda sobre esse Programa, muitas questões no âmbito da acessibilidade foram trazidas pela professora, e assim a conversa sobre o tema foi se desenvolvendo na nova perspectiva que foi sendo construída através deste. Para além da conversa a professora coordenadora do NEPMQS, também faz parte do núcleo de acessibilidade, mas percebendo que através daquele diálogo a estudante de Serviço Social estava começando a desenvolver um pensamento mais próximo da questão da acessibilidade, deixou que a conversa acontecesse naturalmente através do diálogo com a entrevistada.

Esse foi apenas um dos exemplos na construção de um saber em um programa, mas que foi realmente simbólico e significativo para a caminhada da apresentadora do programa, pois é no processo da construção coletiva que o “Social em Questão” se desenvolve, exemplo disso é a construção da pauta elaborada antes da gravação do programa para situar as pessoas que comporão a mesa de conversa, e que no decorrer do diálogo muitas vezes não é seguida, pela questão do direcionamento que o Programa vai tomando. Assim, o processo de construção das pautas e temas que foram e ainda serão levados para o Programa são produzidos pela livre demanda e para isso o “Social em Questão” se utiliza de contatos como um e-mail para que os/as ouvintes possam enviar sugestões de convidados e pautas, também o telefone da Rádio Universidade, possibilitando assim uma programação mais democrática e que vá ao encontro dos ouvintes deste programa.

Na tabela abaixo serão apresentados os programas e convidados/as envolvidos/as nestes vinte e sete programas apresentados em seis meses:

Data	Tema	Convidados/as	
1	25/05/2015	Apresentação do NUPECA	Profa. AS Dra. Rosane J.
2	01/06/2015	Apresentação do NEPEVIS	Profa AS Dra. Cristina e Ac. Lucélia Gomes
3	08/06/2015	Controle social	Psicóloga Bruna Osório
4	15/06/2015	Núcleo de acessibilidade	Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade Profe. Dra. Silvia Pavão
5	22/06/2015	MESS – ENESO - DASS	Ac. Michael L. e Jéssica F.
6	29/06/2015	Tese de doutorado	Profe. AS Me. Eliana
7	06/07/2015	Apresentação NEPEGSSS	Profe. e AS Dr. Jairo O.
8	13/07/2015	REPRISE - NEPEGSSS	Profe. e AS Dr. Jairo O.
9	20/07/2015	Apresentação NEPE em GPSM	Profa. e AS Dra. Laura F.
10	27/07/2015	VerSUS – Santa Maria	Acadêmica de Psicologia Rafaella Codeim e Acadêmica de Terapia Ocupacional Laurem Aguiar
11	03/08/2015	DCG Mídia	Acadêmica de SS Sidimar e Acadêmico de SS Eder
12	10/08/2015	REPRISE – NUPECA	Profa. AS Dra. Rosane J.
13	17/08/2015	GT Violência	Enf. Vergínia, Maria Lúcia e Ingrit e Psi. Camila
14	24/08/2015	Serviço Social e Saúde	Profa. AS Dra. SheilaK. e AS Thaesa B.
15	31/08/2015	REPRISE – Controle Social	Psi. Bruna Osório
16	07/09/2015	REPRISE - NEPEVIS	Profa. AS Dra. Cristina F.
17	14/09/2015	C. Humanas e Saúde	Acadêmica de SS Graciele M., Acadêmica de SS e Dir. Lucélia G, Acadêmico de Psi. Dione L.
18	21/09/2015	Marcha Mundial das Mulheres	Estudantes da UFSM integrantes da MMM
19	28/09/2015	Eleições CT	Profe. Rosane J. e Acadêmica de SS Graciele M.
20	05/10/2015	REPRISE – GT Violência	Enf. Vergínia, Maria Lúcia e Ingrit e Psi. Camila
21	12/10/2015	NEPEPSTQS	Profe. Caroline G. e Acadêmicas Ana Claudia e Raquel
22	19/10/2015	Saúde Mental e SS	AS Zelir B. AS Angela
23	26/10/2015	Tempestades do mês de Outubro	Profe. Eliana Cogoy, Acadêmicas Sidimar e Jéssica
24	02/11/2015	Temáticas abordadas no ENEM - 2015	Profe. Eliana Cogoy, Acadêmicas Sidimar e Jéssica
25	09/11/2015	Semana Acadêmica do curso de Serviço Social - UFSM	Acadêmico/as Igor e Mariana
26	16/11/2015	Associação de Familiares e Amigos Bipolares	Médica Martha Noal e acadêmico Igor
27	23/11/2015	Serviço Social e Perfil Profissional	Profa. Dra. e A.S Simone Rocha da Rocha

Diagramação realizada pela autora, 2015

Mesmo que a ideia inicial do projeto tenha sido apresentar os Núcleos do curso de Serviço Social da UFSM e suas atividades em torno da formação profissional, a proposta acabou indo além dessa expectativa, e um dos motivos de abordar temáticas diferenciadas foi a trama que envolve a sociedade e fez com que o “Social em Questão” perpassasse as barreiras da academia. Assim, o projeto contou com a presença de coletivos como a Marcha Mundial das Mulheres, o Grupo de Trabalho integrado de enfrentamento às violências, Associação de Familiares e Amigos Bipolares, questões como o Controle Social, as políticas sociais como saúde e assistência social, dentre várias outras questões que foram sendo apresentadas no decorrer dos programas.

Correia (2011; pg. 372) traz um desafio ao Serviço Social onde refere que:

Atualmente, precisamos ultrapassar os limites da mera interatividade entre o público e os meios de comunicação para processar conhecimentos, analisar cenários, estabelecer nexos entre os discursos políticos e as práticas sociais. Refletir eticamente sobre a nossa própria condição existencial e suas particularidades requer decodificar o mundo, desvendar a realidade aparente para captá-la nas suas complexas contradições internas. Se somos todos seres de

relação e construímos a nossa identidade no convívio social, a comunicação no seu sentido mobilizador e articulador de demandas coletivas deve ser priorizada. Da mesma forma, para consolidarmos nossa identidade como profissionais voltados para as práticas educativas, precisamos dominar as ferramentas essenciais, para que o processo de veiculação de dados, fatos e acontecimentos possa fluir com clareza, permitindo que cada um que entre em contato com ele elabore seus próprios pontos de vista e atue socialmente a partir de suas posições.

A proximidade das mídias com a realidade social tem seus vários aspectos tanto positivos quanto negativos, por isso é importante e necessário que as diversas categorias profissionais que prezam por uma sociedade mais justa, humana e protagonista de sua construção social estejam no âmbito da comunicação como instigadores do pensar social de uma maneira ética e responsável. A comunicação não é apenas comunicação, historicamente ela nunca foi, desde a disseminação das mídias de massa esta se apresenta como parte importante na história da sociedade, e ao levar o viés político e educador até ela é papel crucial para trabalhadores/as que estejam comprometidos com uma sociedade mais justa.

A construção do programa “Social em Questão” é contínua, mesmo que no começo houvesse receio que faltassem assuntos para discutir, isso não aconteceu em nenhum momento, a ramificação de assuntos e os acontecimentos em meio a vida cotidiana fazem com que a construção do programa se mantenha diversificada e ativa. No processo de novos/as convidados/as participarem do programa novas sugestões iam surgindo para futuros programas, e assim o “Social em Questão” vai tomando forma.

Atualmente o NEPMQS conta com um número significativo de integrantes e consequentemente o “Social em Questão” tem a sua produção ampliada, esse espaço construído inicialmente pela professora coordenadora do Núcleo e após com uma estudante de Serviço Social tem uma trajetória importante e cada vez mais potencializadora de novas oportunidades que virão. O Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria e a comunidade em geral têm muito a ganhar com o Núcleo e com o programa “Social em Questão”, e esse ganho é recíproco, afinal “a educação, enquanto uma situação gnosiológica que solidariza educador e educando, como sujeitos cognoscentes, abre a esses múltiplos e indispensáveis caminhos à sua afirmação como seres da práxis” (Paulo Freire, 1977; p. 85), assim o processo do conhecer vai muito além da transmissão, ela é troca entre indivíduos e enriquecedora para a vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir e ampliar o olhar para o âmbito da comunicação social é parte da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, através de lutas pelos direitos sociais e humanos, reconhecendo que a comunicação está dentro dessa dimensão, faz com que os/as envolvidos/as no processo de democratizar as mídias continuem lutando para que um novo pensar no âmbito da mídia seja construído. Os movimentos sociais nesse processo lutam de maneira incansável para que a lógica do capital não sufoque as manifestações populares e as expressões da classe trabalhadora.

Os meios de comunicação foram sendo desenvolvidos e aprimorados no decorrer da história, presentes na atualidade como algo crucial para muitas atividades sociais, são formadores de opinião e potencializadores da imagem, fazendo com que o consumo seja conduzido de acordo com o que se promove no espaço midiático. Para além da propaganda, as mídias se apresentam como grandes levantadoras de novos debates para a sociedade em geral, promovendo a interação no pensar dos indivíduos que consomem destes meios.

O Serviço Social se desafia a adentrar no processo de reconhecer a comunicação como um novo espaço socio-ocupacional. Sendo assim, articula os princípios do projeto ético-político construído através do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, o Código de Ética do/a Profissional Assistente Social, trazendo o debate do envolvimento dos meios de comunicação para os direitos sociais. Através da caminhada da profissão, compreende-se o envolvimento da sociedade com os meios de comunicação, os quais foram analisados criticamente neste trabalho, onde se considerou o espaço onde essas mídias estão inseridas e o processo no qual elas se desenvolveram. Mesmo sendo um debate recente em meio à categoria de assistentes sociais, mas que já mostra produções científicas no viés da mídia relacionando as manifestações da ‘questão social’.

Assim, o projeto ético-político do Serviço Social se apresenta de forma clara, quando a categoria se posiciona frente a um fato midiático, pois através da leitura da profissão, esses novos espaços sócio ocupacionais precisam ser democráticos, a primar pela justiça social e pela equidade, sendo coerente com a realidade. Mesmo em meio à um sistema capitalista, o qual também fortalece o *status quo* através dos meios de comunicação de massa, é preciso se fortalecer e se tornar resistente ao que se publicita, e

para isso é necessária uma visão crítica, propositiva e apropriada teoricamente de cada processo.

O movimento estabelecido por este trabalho foi apresenta um movimento positivo da formação em Serviço Social cada vez mais aproxima dos meios de comunicação de massa, trazendo como exemplo o NEPMQS e o projeto de extensão inserido neste Núcleo que apresenta a experiência vivenciada na UFSM na Rádio Universidade, através do programa de rádio “Social em Questão”, apresentado em uma emissora com um grande alcance de ouvintes. A construção desse espaço foi bastante significativa para as apresentadoras, para aqueles que participaram do bate-papo e para os que escutaram o programa, pois a grande intenção desse projeto é sensibilizar para as temáticas abordadas, trazendo em muitos momentos uma perspectiva diferenciada de cada assunto, através do olhar do Serviço Social.

Assim, este é um projeto que vai ao encontro do que se debate atualmente dentro da categoria profissional de assistentes sociais no âmbito da mídia e ao mesmo tempo realiza interlocução com a comunidade. E se apresenta como um pequeno exemplo de um projeto de mídia mais responsável e democrática com seu conteúdo, comprovando que é possível sim uma abordagem diferenciada.

Esse movimento não está restrito apenas no “Social em Questão”, ela vai além, em muitos lugares do Brasil através de muitos movimentos que surgem para defender a democracia no âmbito da comunicação. Mesmo sendo um projeto relativamente pequeno, o “Social em Questão” é um exemplo de micro transformação, pois é na sensibilização e explanação sobre o sistema capitalista que a sociedade se tornará mais crítica e atenta para seus direitos e para uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira A. **A Modernização da Imprensa (1970 – 2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

APRESENTAÇÃO DA RÁDIO UNIVERSIDADE UCPEL. Disponível em <<http://ru.ucpel.edu.br/ru-apresentacao/>>. Acessado em outubro de 2015.

ARRAIS, Dianne F. Cultura midiática e Serviço Social: uma convivência necessária. RUIZ, Jefferson L. S & SALLES, Mione A. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, 1988.

_____. **Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão – Código de Ética do/a Profissional Assistente Social**. 10 ed. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Brasília: MEC, 2003.

_____. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – (Secom). Brasília: Secom, 2014.

CFESS. **CFESS Manifesta: Dia Nacional contra a Baixaria na TV**. Brasília: CFESS, 2014.

_____. **Ofício à Rede Globo**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/oficio-tv-globo-zorra-total-.pdf>> Acessado em novembro de 2015.

CRIAR BRASIL. **Institucional**. Disponível em <<http://www.criarbrasil.org.br/institucional/default.asp>>. Acessado em novembro de 2015.

COGOY, Eliana M. & SOARES, Jéssica D. **Serviço Social e Mídia: inovações de espaços ocupacionais nos processos de trabalho**. I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social. Londrina - PR: UEL, 2015.

CORREIA, Claudia. Desafios da comunicação para o Serviço Social. RUIZ, Jefferson L. S & SALLES, Mione A. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS, Ana Maria I. **Discutindo Caminhos para a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão**. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, v. 01, p. 37-52, 2009.

EBC. **Locutor chora enquanto lê o último Repórter Esso no rádio**. Disponível em <http://radios.ebc.com.br/todas-vozes/edicao/2014-07/locutor-chora-enquanto-le-o-ultimo-reporter-esso-no-radio>. Acessado em novembro de 2015.

ESPÍNDOLA, Nelma Rosimeire S. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. RUIZ, Jefferson L. S & SALLES, Mione A. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que Serviço Social quer dizer**. Revista Serviço Social & Sociedade, v. 108, p. 748-761, 2011.

FERRARETTO, Luiz A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre - RS: Sagra Luzzatto, 2001.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. Disponível em <http://www.fndc.org.br/forum/quem-somos/>. Acessado em novembro de 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HISTÓRIA DA RÁDIO UNIVERSIDADE UFRGS. Disponível em <http://www.radio.ufrgs.br/radio.html>. Acessado em outubro de 2015.

HISTÓRIA DA RÁDIO UNIVERSIDADE UFSM. Disponível em <<http://www.ufsm.br/radio>>. Acessado em setembro de 2015.

HOUAISS Antônio & SALLES Mauro. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEI DA MÍDIA CIDADÃ. **Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica.** Disponível em <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/download-de-materiais-de-divulgacao-e-mobilizacao/>. Acessado em novembro de 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** 4 ed. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil.** Rede Brasil de Comunicação Cidadã - Artigos e Pesquisas. Porto Alegre: RBC - Rede Brasil de Comunicação Cidadã, 2001.

RÁDIOTUBE. Disponível em <http://www.radiotube.org.br/sobre.php>. Acessado em novembro de 2015.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J. & SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.** São Bernardo do Campo- SP: Umesp, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor & ROXO, Marco. **Historia da Televisão no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

SIFUENTES, Lírian *et al.* **As Classes Populares Dentro e Fora da Tela.** Revista Científica da Associação Mexicana de direito à informação. Nº8. México, 2013.

SILVA, José Fernando S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-Hegemônica. SILVEIRA, Sérgio Amadeu & CASSINO, João (Orgs). **Software livre e inclusão digital.** São Paulo: Do Brasil, 2003.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, Tecnologia da Informação e Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

VIEIRA, Eduardo. **Os Bastidores da Internet no Brasil**: As histórias de sucesso e de fracasso que marcaram a Web brasileira. Barueri – SP: Manole, 2003.

ZANETTI, Moara, Paiva. Mídia e disputa hegemônica: uma análise da cobertura da ação do MST na Aracruz Celulose/RS. RUIZ, Jefferson L. S & SALLES, Mione A. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.